



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**RIO BRANCO/AC
MARÇO/2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**RIO BRANCO/AC
MARÇO/2011**

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AC – Acre
CGU – Controladoria Geral da União
CNAE – Classificao Nacional de Atividades Econmicas
COF – Coordenao de Orçamento e Finanças
COR – Corregedoria Regional de Polícia Federal
DELEARM – Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas
DELEFAZ – Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários
DELEMAPH – Delegacia de Repressão a Crimes Contra Meio-ambiente/Patrimônio Histórico
DELEMIG – Delegacia de Polícia de Imigrao
DELEPAT – Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio
DELEPREV – Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários
DELESP – Delegacia de Controle de Segurança Privada
DELISNT – Delegacia de Defesa Institucional
DG – Direo Geral
Div. – Diversos
DN – Decisão Normativa
DNPM – Departamento Nacional de Produo Nacional
DPF – Departamento de Polícia Federal
DRCI – Departamento de Recuperao de Ativos e Cooperao Internacional
DRCOR – Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado
DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes
DREX – Delegacia Regional Executiva
FUNAI – Fundao Nacional do ndio
FUNAPOL – Fundo para Aparelhamento e Operacionalizao das Atividades-Fim da Polícia Federal
GAB – Gabinete
GQT – Gestão de Qualidade Total
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IN – Instruo Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonizao e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MJ – Ministério da Justiça
MPS – Ministério da Previdência Social
NAD – Núcleo Administrativo
NEOF – Núcleo de Execuo Orçamentária e Financeira
NID – Núcleo de Identificao

NIP – Núcleo de Inteligência Policial
NO – Núcleo de Operações
NTI – Núcleo De Tecnologia Da Informação
NUCART – Núcleo de Cartório
NUCOR – Núcleo de Correições
NUDIS – Núcleo de Disciplina
N/A – Não se Aplica
N/D – Não Disponível
OCI – Órgão de Controle Interno
Port. – Portaria
PMA – Plano de Metas Anual
PPA – Plano Plurianual
RG – Relatório de Gestão
SELOG – Setor De Administração e Logística Policial
SETEC – Setor Técnico-Científico
SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SISCART – Sistema Cartorário
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SR – Superintendência Regional
SRH – Setor de Recursos Humanos
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, QUADROS E INFORMAÇÕES ANEXAS

<i>Tabela 01 – Resultados</i>	12
<i>Tabela 02 – Drogas</i>	13
<i>Tabela 03 – Mercadorias e Equipamentos</i>	13
<i>Tabela 04 – Armas e Munições</i>	13
<i>Tabela 05 – Numerário</i>	13
<i>Tabela 06 – Veículos, Aeronaves e Embarcações</i>	13
<i>Tabela 07 – Inquéritos Policiais - Produtividade = Relatados dividido por Instaurados</i>	13
<i>Tabela 08 – Laudos Periciais - Produtividade = Emitidos dividido por Requisições</i>	15
<i>Quadro A.1 – Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual</i>	16
<i>Quadro A.2.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ</i>	21
<i>Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	22
<i>Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação</i>	24
<i>Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	24
<i>Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação</i>	25
<i>Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos</i>	26
<i>Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores</i>	27
<i>Quadro A.5.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010</i>	28
<i>Quadro A.5.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010</i>	28
<i>Quadro A.5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010</i>	29
<i>Quadro A.5.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010</i>	29
<i>Quadro A.5.5 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010</i>	29
<i>Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Estagiários</i>	30
<i>Quadro A.5.7 – Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010</i>	30
<i>Quadro A.5.8 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva</i>	30
<i>Quadro A.5.9 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i>	31
<i>Quadro A.5.10 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra</i>	32
<i>Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ</i>	35
<i>Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</i>	36
<i>Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União</i>	38
<i>Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros</i>	38
<i>Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ</i> ..	39
<i>Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ</i>	40
<i>Quadro A.13.1 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador</i>	41
<i>Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)</i>	42
<i>Tabela 09 – Plano de Metas Policiais Anual Ano de 2010</i>	43

SUMÁRIO

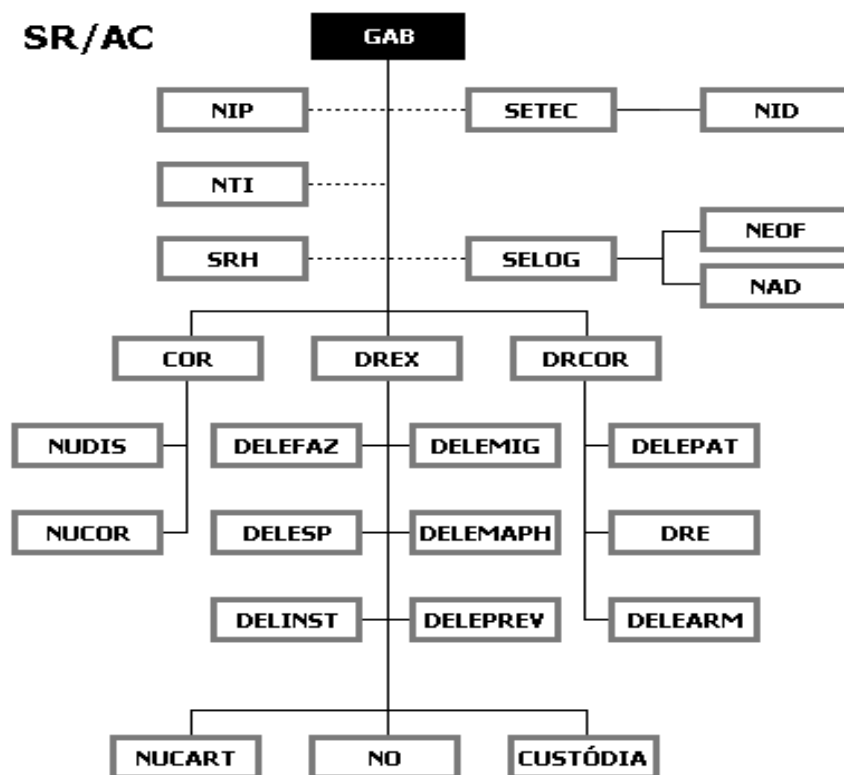
ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	5
INTRODUÇÃO	7
CONTEÚDO GERAL.....	16
1. <i>Identificação de Relatório de Gestão Individual</i>	16
2. <i>Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira</i>	16
2.1) <i>Responsabilidades institucionais</i>	16
2.1.1) <i>Competência institucional</i>	16
2.1.2) <i>Objetivos estratégicos</i>	18
2.2) <i>Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais</i>	20
2.2.1) <i>Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida</i>	20
2.2.2) <i>Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão</i>	21
2.3) <i>Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade</i>	21
2.3.1) <i>Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ</i>	21
2.3.2) <i>Execução física das ações realizadas pela UJ</i>	21
2.4) <i>Desempenho Orçamentário/Financeiro</i>	22
2.4.1) <i>Programação orçamentária da despesa</i>	22
O item não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, pois a mesma não é Unidade Orçamentária e não tem Unidade Gestora Orçamentária consolidada ou agregada	22
2.4.1.1) <i>Programação de despesas correntes</i>	22
2.4.1.2) <i>Programação de despesas de capital</i>	22
2.4.1.3) <i>Quadro resumo da programação de despesas</i>	22
2.4.1.4) <i>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	22
2.4.2) <i>Execução orçamentária da despesa</i>	23
2.4.2.1) <i>Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação</i>	23
2.4.2.1.1) <i>Despesa por modalidade de contratação</i>	23
2.4.2.1.2) <i>Despesas correntes por grupo e elemento de despesa</i>	23
2.4.2.1.3) <i>Despesa de capital por grupo e elemento de despesa</i>	23
2.4.2.2) <i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</i>	24
2.4.2.2.1) <i>Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação</i>	24
2.4.2.2.2) <i>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação</i>	24
2.4.2.2.3) <i>Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação</i>	25
2.4.3) <i>Indicadores Institucionais</i>	26
3. <i>Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos</i>	26
3.1) <i>Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos</i>	26
4. <i>Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores</i>	27
4.1) <i>Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores</i>	27
4.2) <i>Análise Crítica</i>	28
5. <i>Recursos Humanos</i>	28
5.1) <i>Composição do Quadro de Servidores Ativos</i>	28
5.2) <i>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	29
5.3) <i>Composição do Quadro de Estagiários</i>	30
5.4) <i>Quadro de custos de Recursos Humanos</i>	30
5.5) <i>Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra</i>	30
5.6) <i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	33
6. <i>Transferências</i>	33
6.1) <i>Transferências efetuadas no exercício</i>	33
6.2) <i>Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo</i>	33
7. <i>Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	34
8. <i>Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010</i>	34

9. Sistema de Controle Interno.....	35
9.1) Estrutura de controles internos da UJ.....	35
10. Sustentabilidade Ambiental.....	36
10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	36
11. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	38
11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	38
11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade.....	40
12. Gestão de Tecnologia da Informação.....	40
12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	40
13. Informação referente ao item 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010 – Cartões de pagamento.....	41
14. Renúncias Tributárias.....	42
15. Deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno.....	42
15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	42
15.2) Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	42
15.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	42
15.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	42
16. Informações Sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno, Caso Exista na Estrutura do Órgão.....	42
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao referido item da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	43
18. Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....	47

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre está estruturada em três Unidades Operacionais, quais sejam: Sede da Superintendência e duas Delegacias de Polícia Federal em Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul.

O organograma funcional apresentado pelo Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal (Portaria MJ nº 3.961, de 24 de novembro de 2009) para a SR/DPF/AC é o seguinte:



Superintendência Regional:

- a) Núcleo de Inteligência Policial – NIP;
- b) Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos – SRH;
- d) Setor Técnico-Científico – SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial – SELOG:
 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF;
 2. Núcleo Administrativo – NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva – DREX:
 1. Núcleo de Cartório – NUCART;
 2. Núcleo de Operações – NO;
 3. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG;
 4. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV;
 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ;
 6. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST;

7. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP;
 8. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH;
- g) Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR:
1. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio – DELEPAT;
 2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM;
 3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR:
1. Núcleo de Disciplina – NUDIS; e
 2. Núcleo de Correições – NUCOR

Segundo o artigo 24 do Regimento Interno, anexo da Portaria 1.825 do Ministério da Justiça, de 13 de outubro de 2006, às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal;

II - administrar as Unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das Unidades Centrais;

III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das Unidades Centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as Unidades Centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;

V - apoiar as Unidades Centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados sobre as ações empreendidas, bem como consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das Unidades Centrais; e

VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar os elementos identificadores desta Unidade Jurisdicionada – UJ, de acordo com a classificação individual, sintetizando os principais avanços obtidos pela Superintendência Regional de Polícia Federal no estado do Acre no ano de 2010 e os pontos que dificultaram a perfeita execução de suas funções. No decorrer deste período, o incremento dos trabalhos desenvolvidos por esta descentralizada foi ampliando e adequado à estrutura formal, física e disponibilidade de pessoal aqui lotado, visando à melhoria do desempenho operacional e melhor cumprimento de seu papel na sociedade.

Os bons trabalhos trilhados implicaram no desenvolvimento de ações estratégicas focadas na garantia legal, intensificando o combate à criminalidade na nossa circunscrição, mediante o fortalecimento da repressão e prevenção às atividades criminosas mais evidentes como o tráfico de armas e entorpecentes, contrabando e descaminho e crimes ambientais.

Quanto à gestão administrativa, em cumprimento aos Programas de Apoio Administrativo e Modernização da Polícia Federal, algumas ações foram implementadas no âmbito desta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Acre tais como: aquisição de 12 (doze) viaturas tipo caminhonetes, bens de informática (computadores, impressoras etc.), contratação de empresa para prestação do serviço de gerenciamento de frotas, manutenção de bens móveis e imóveis, dentre outros.

No tocante a gestão operacional desta unidade, objetivando o cumprimento dos Programas de Governo Federal Repressão e Combate à Criminalidade e Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI foram deflagradas ao longo do exercício de 2010 as operações Pista Livre, Tronco Serrado, Conexão Amazônia, Floresta Viva II, Casamata, Terra Caída e Oxi, altamente relevantes e objetivaram a repressão ao contrabando e descaminho, corrupção, formação de quadrilha, desmatamento, queimadas, transporte irregular de madeira, tráfico de entorpecentes, câmbio ilegal de moeda estrangeira, crimes contra a Previdência Social e financiamento irregular de campanha eleitoral, as quais trouxeram resultados positivos para a sociedade como um todo.

Para o exercício de 2011 esta Superintendência pretende dar continuidade aos trabalhos realizados em 2010 buscando cumprir com suas atribuições constitucionais e institucionais em conformidade com o Planejamento Estratégico do Órgão Central e os programas governamentais.

O Relatório de Gestão está estruturado conforme os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja, informações gerais de identificação, gestão orçamentária e recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema.

Os itens 14 da parte A, 2 a 4 da parte B, 1 a 3, 5 a 15, 17 a 30 e 32 a 36 da parte C, quadros II.C.1, quadros II.C.5 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo Órgão Central, Unidade Orçamentária da UG.

Principais ações desenvolvidas e os efeitos positivos ou negativos da UJ

No ano de 2010, a Superintendência Regional e suas descentralizadas deram continuidade ao desenvolvimento de suas operações policiais voltadas à atividade-fim, resultando no cumprimento de mandados de busca e apreensão e prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva).

Para alcance dos objetivos propostos pelo Órgão Central cada Delegacia que integra a estrutura desta SR/DPF/AC, no âmbito de sua competência, deflagrou diversas operações policiais, conforme abaixo elencado:

I. NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP

1.1 Nome da Operação: Terra Caída.

- 1.2 Objetivo: investigar o financiamento irregular de campanha eleitoral disputada no estado do Acre onde empresas privadas, contratantes com o poder público, estariam doando recursos não declarados à Justiça Eleitoral, sendo estes numerários empregados a princípio na captação ilícita de sufrágio e conseqüente abuso de poder econômico;
- 1.3 Tipificação penal: artigos 288, 297, 317 e 333 do Código Penal Brasileiro; 299 e 350 da lei 4.737/65 (Código Eleitoral); 89, 90 e 94 da lei 8.666/93 (Lei de Licitações); e 1º da lei 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro).
- 1.4 Resultados obtidos: foram cumpridos mandados de busca e apreensão em 6 (seis) endereços na capital acriana e 3 (três) no estado de São Paulo.
- 1.5 Demais dados: Devido à decisão judicial do plenário do TRE/AC, o qual acolheu parcialmente *Habeas Corpus* impetrado por um dos investigados, a operação se encontra paralisada até julgamento do recurso interposto pelo Ministério Público Eleitoral junto ao TSE, que visa reverter a decisão da referida Corte.

II. DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO – DELEMIG

1.1 Nome da Operação: Operação Blade Runner

- 1.2 Objetivo: combater o trânsito e permanência de estrangeiros irregulares e fiscalização de hotéis;
- 1.3 Tipificação penal: art. 125, inc. I ao XVI da Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro);
- 1.4 Resultados obtidos: autuações de estrangeiros e deportações;
- 1.5 Demais dados: 162 estabelecimentos hoteleiros fiscalizados.

2.1 Nome da Operação: Operação Vassalo

- 2.2 Objetivo: combater o trânsito e permanência de estrangeiros irregulares e fiscalização de locais de trabalho;
- 2.3 Tipificação penal: art. 125, inc. I ao XVI da Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro);
- 2.4 Resultados obtidos: 25 locais de trabalho fiscalizados;
- 2.5 Demais dados: uma prisão em flagrante e autuação de estrangeiro.

3.1 Nome da Operação: Operação Sarapó

- 3.2 Objetivo: combater o trânsito e permanência de estrangeiros irregulares e realização de barreiras rodoviárias;
- 3.3 Tipificação penal: art. 125, inc. I ao XVI da Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro);
- 3.4 Resultados obtidos: orientação aos taxistas, à população e às empresas de transporte no que tange a transporte de estrangeiros, várias autuações de estrangeiros e deportações, bem como lavraturas de TCO pelo transporte irregular;
- 3.5 Demais dados: 13 barreiras policiais realizadas.

4.1 Nome da Operação: Operação Coruja

- 4.2 Objetivo: combater o trânsito e permanência de estrangeiros irregulares com a fiscalização em locais de aglomerações e das vias públicas;
- 4.3 Tipificação penal: art. 125, inc. I ao XVI da Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro);
- 4.4 Resultados obtidos: várias autuações e notificações de estrangeiros;
- 4.5 Demais dados: 18 fiscalizações móveis.

5.1 Nome da Operação: Operação Transnacional

- 5.2 Objetivo: combater o trânsito e entrada de estrangeiros irregulares com fiscalização nacional e internacional do aeroporto de Rio Branco, com vôos regulares para o Peru;
- 5.3 Tipificação penal: art. 125, inc. I ao XVI da Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro);
- 5.4 Resultados obtidos: foram fiscalizados todos os vôos internacionais com saídas e chegadas no aeroporto internacional de Rio Branco, bem como realizado o controle imigratório;
- 5.5 Demais dados: N/D

Decorrentes destas operações foram fiscalizados, no total, 31 municípios (dos estados do Acre e Amazonas), realizadas 21 deportações, duas expulsões, 115 autuações e 115 notificações para deixar o país.

III. DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL - DELINST

1.1 Nome da Operação: Operação Eleição 2010- Acre

- 1.2 Objetivo: Garantir a segurança e o livre exercício do voto em todo o Estado, reprimir ilícitos eleitorais e zelar pela manutenção da ordem durante o transcorrer do 1º e do 2º turno, nas eleições 2010;
- 1.3 Execução: participação de 162 Policiais Federais distribuídos em todos os Municípios do Estado, os quais agiram de imediato, após ciência de possível ilícito eleitoral;
- 1.4 Tipificação penal: ilícitos previstos no Código Eleitoral, bem como o transporte irregular de eleitores e demais delitos eleitorais estabelecidos em leis extravagantes;
- 1.5 Resultados obtidos: lavratura de 52 Termos Circunstanciados de Ocorrência e a prisão de 3 pessoas por transporte irregular de eleitores, em flagrante delito;

2.1 Nome da Operação: Operação Eleições Livres

- 2.2 Objetivo: desarticular quadrilha empenhada na compra de votos, utilizando-se de estrutura de empresa de Rádio e Televisão associada a entidade religiosa;
- 2.3 Tipificação Penal: artigos 299 e 350 do Código Eleitoral e artigos 299, 347, 343, 342, 312, c/c 29 e 288 de Código Penal Brasileiro
- 2.4 Resultados obtidos: 03 prisões em flagrante por distribuição de combustíveis em troca de votos, 23 indiciados, apreensão de R\$807.789,00 (oitocentos e sete mil e setecentos e oitenta e nove reais);

3.1 Nome da Operação: Parceria com TRE/AC, MPE e DPF para investigação de notícias de ilícitos eleitorais veiculadas em Disque-denúncia do TRE/AC;

- 3.2 Objetivo: colher elementos probatórios em menor tempo e obter repressão eficaz à prática de ilícitos eleitorais;
- 3.3 Tipificação Penal: delitos eleitorais do Código Eleitoral e leis extravagantes em vigor
- 3.4 Resultados obtidos: apuração de mais de 600 notícias de ilícitos eleitorais e atuação instantânea, inclusive com instalação de central de denúncias nesta Superintendência, nos dias dos pleitos, posto que o TRE/AC manteve seus contatos externos inacessíveis, por segurança.

IV. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS - DELEFAZ

1.1 Nome da Operação: Operação Castro

- 1.2 Objetivo: reprimir o comércio ilegal de medicamentos, em especial, Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais;
- 1.3 Tipificação penal: artigo 273 e parágrafos do CPB e artigo 33 da Lei 11.343;
- 1.4 Resultados obtidos: 11 prisões em flagrante, com 12 pessoas presas em flagrante;
- 1.5 Demais dados: 03 dias de operações em diversas cidades do Estado do Acre, em especial, em Rio Branco, Capixaba, Brasiléia, Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul.

2.1 Nome da Operação: Operação Pista Livre

- 2.2 Objetivo: reprimir o contrabando e descaminho, a corrupção ativa e passiva e a formação de quadrilha;
- 2.3 Tipificação Penal: artigos 334, 333, 317, 288;
- 2.4 Resultados obtidos: 03 prisões em flagrante, 04 presos em flagrante, 12 prisões preventivas decretadas, 11 prisões preventivas cumpridas, 17 indiciados, 12 condenações;
- 2.5 Demais dados: apreensão de cerca de 120 caixas de cigarros, 05 veículos apreendidos.

V. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE/PATRIMÔNIO HISTÓRICO – DELEMAPH

1.1 Nome da Operação: Floresta Viva I

- 1.2 Objetivo: A operação possui caráter educativo, e tem como principal objetivo fiscalizar, reprimir e prevenir o desmatamento da Floresta Amazônica, assim como a caça ilegal de animais silvestres, em especial na Região do Vale do Purus, com concentração no município de Sena Madureira.
- 1.3 Ações: Vistorias em áreas desmatadas, barreiras policiais.
- 1.4 Resultado: 10 áreas desmatadas irregularmente em 2009 foram multadas, 1 motosserra apreendida e o proprietário multado, 4 pessoas que transportavam caça e animais silvestres foram multadas e os produtos ilegais apreendidos.

2.1 Nome da Operação: Floresta Viva II

- 2.2 Objetivo: A operação possui caráter educativo, e tem como principal objetivo fiscalizar, reprimir e prevenir o desmatamento da Floresta Amazônica, assim como a caça ilegal de animais silvestres, em especial na Região do Baixo Acre.
- 2.3 Ações: Vistorias em áreas desmatadas, barreiras policiais, fiscalização através de sobrevôos de helicóptero e plotagem de áreas de queimadas recentes.
- 2.4 Resultado: 4 serrarias vistoriadas, 12 áreas autuadas, 4 motosserras apreendidas, 1 trator arrecadado e trabalhos educativos de conscientização e humanização do trato dos colonos com o meio ambiente.

3.1 Nome da Operação: Floresta Viva III

- 3.2 Objetivo: A operação possui caráter educativo, e tem como principal objetivo fiscalizar, reprimir e prevenir o desmatamento da Floresta Amazônica, assim como a caça ilegal de animais silvestres.
- 3.3 Ações: Fiscalização terrestre e através de sobrevôos de helicóptero. Palestras educativas e orientação dos moradores dos projetos de assentamentos.
- 3.4 Resultado: 15 autuações, 26 notificações e aproximadamente 100 focos de calor detectados pelo SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia) foram averiguados.

2.1 Nome da Operação: Tronco Serrado

- 2.2 Objetivo: Fiscalizar, reprimir, orientar e prevenir o transporte ilegal de madeira.
- 2.3 Ações: Barreiras policiais móveis em parceria com o IBAMA, nas principais rotas de chegada a cidade de Rio Branco.
- 2.4 Resultados: 12 pontos de fiscalização itinerantes executados, 26 veículos que transportavam madeira foram fiscalizados, sendo 2 apreendidos, totalizando 74,6 metros cúbicos de madeira, e 1 motosserra apreendida.

VI. DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES PREVIDENCIÁRIOS - DELEPREV

1.1 Nome da Operação: Casamata

- 1.2 Objetivo: Apurar denúncias de irregularidades na concessão de benefícios previdenciários de pensão por morte e salário maternidade
- 1.3 Ações: Cumprimento de 11 mandados de busca e apreensão.
- 1.4 Resultados: Quebra de sigilo bancário, seqüestro de bens, afastamento preventivo de três servidores

2.1 Nome da Operação: Lene

- 2.2 Objetivo: Apurar denúncia de irregularidade na concessão de benefício da esposa do Gerente Executivo do INSS
- 2.3 Ações: Cumprimento de busca e apreensão de documentos no gabinete do Gerente Executivo do INSS e interceptações telefônicas
- 2.4 Resultado: apreensão de documentos para averiguação e instrução processual.

VII. DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM EPITACIOLÂNDIA

1.1 Nome da Operação: Alto Acre

- 1.2 Objetivo: combater e reprimir o tráfico ilegal de entorpecentes nesta região fronteiriça.
- 1.3 Tipificação Penal: artigo 33 da Lei 11.343
- 1.4 Resultados obtidos: prisões em flagrante e 1 mandado de prisão

2.1 Nome da Operação: Ficha Limpa

- 2.2 Objetivo: combater a compra de votos durante a eleição para deputado estadual do Acre
- 2.3 Tipificação Penal: artigo 41-A da Lei 9.504
- 2.4 Resultados obtidos: extenso relatório contendo todas as informações obtidas enviado à Justiça Eleitoral para procedimentos legais.

3.1 Nome da Operação: Terra de Chico

- 3.2 Objetivo: combater e reprimir o tráfico ilegal de entorpecentes nesta região fronteiriça.
- 3.3 Tipificação Penal: artigo 33 da Lei 11.343
- 3.4 Resultados obtidos: obtenção de dados de supostos traficantes, bem como o *modus operandi*.

4.1 Nome da Operação: Terra de Chico II

- 4.2 Objetivo: combater e reprimir o tráfico ilegal de entorpecentes nesta região fronteiriça.
- 4.3 Tipificação Penal: artigo 33 da Lei 11.343

- 4.4 Resultados obtidos: obtenção de dados de supostos traficantes, bem como *modus operandi* dos mesmos, descoberta de possível crime ambiental, qual seja, captura e comércio de aves silvestres, utilizando-se de troca de anilhas e de anilhas falsas/ilegais.
- 4.5 Demais dados: Será confeccionado relatório para encaminhamento à DELEMAPH/SR/AC.

5.1 Nome da Operação: Tríplice Fronteira

- 5.2 Objetivo: combater e reprimir o tráfico ilegal de entorpecentes nesta região fronteiriça.
- 5.3 Tipificação Penal: artigo 33 da Lei 11.343
- 5.4 Resultados obtidos: 4 prisões em flagrante e 1 menor apreendido.

VIII. DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CRUZEIRO DO SUL

- 5.1 **Nome da Operação: Operação Passe Livre II** (Continuação da Operação Passe Livre I, desencadeada em Rio Branco/AC);
- 5.2 Objetivo: Desarticulação de grupo de traficantes erradicados na cidade de Cruzeiro do Sul;
- 5.3 Tipificação penal: artigo 33, 35 e 40, V da Lei 11.343;
- 5.4 Resultados obtidos: apreensão de 18 quilogramas de pasta base de cocaína, prisão em flagrante por tráfico de entorpecentes de três indivíduos e duas prisões por intermédio de mandados de prisões preventivas decretadas no decorrer da investigação, cumprimento de seis Mandados de Busca e Apreensão nos quais foram apreendidas 03 (três) motos e diversos aparelhos eletrônicos, sendo que estes foram destinados pela Justiça Estadual a casas de recuperação de dependentes químicos.

2.1 Nome da Operação: Operação Eleições Livres

- 2.2 Objetivo: reprimir a captação ilícita de sufrágio nas Eleições de 2010 na Circunscrição de da DPF de Cruzeiro do Sul e outros delitos eleitorais;
- 2.3 Tipificação penal: artigo 299 e outros da Lei nº. 4.737/65;
- 2.4 Resultados obtidos: cumprimento de 22 Mandados de Busca e Apreensão;
- 2.5 Demais dados: Apreensão de material de construção (tijolos e cimento), computadores, bicicletas, motocicletas e motores náuticos.

3.1 Nome da Operação: Operação Carnaval;

- 3.2 Objetivo: Realizar barreiras policiais nas principais entradas da cidade de Cruzeiro do Sul, durante o Carnaval de 2010, com vistas a prevenção e repressão ao crime de um modo geral, especialmente ao tráfico de entorpecente;
- 3.3 Tipificação penal: Ação preventiva e repressiva abrangendo todo tipo de ilicitude especialmente o artigo 33 da Lei 11.343;
- 3.4 Resultados obtidos: Prevenção e repressão na ocorrência de crimes, trazendo maior segurança à sociedade. Ocorrência de um flagrante por uso de moeda falsa (art. 289 do CPB) resultando na prisão de um indivíduo e apreensão de 34 cédulas falsas de R\$100,00 (cem reais).

4.1 Nome da Operação: Operação Semana Santa;

- 4.2 Objetivo: Realizar barreiras policiais nas principais entradas da cidade de Cruzeiro do Sul, durante a semana santa de 2010, objetivando o combate ao crime de um modo geral, especialmente ao tráfico de entorpecente;
- 4.3 Tipificação penal: Ação preventiva abrangendo todo tipo de ilicitude especialmente o artigo 33 da Lei 11.343;
- 4.4 Resultados obtidos: Prevenção na ocorrência de crimes. Ocorrência de um flagrante por tráfico de drogas no qual foram presos dois indivíduos e apreensão de aproximadamente 2 quilos de pasta base de cocaína;

5.1 Nome da Operação: Operação Fronteira;

- 5.2 Objetivo: Combater o tráfico de entorpecentes em toda a circunscrição da DPF de Cruzeiro do Sul;
- 5.3 Tipificação penal: artigo 33 da Lei 11.343;
- 5.4 Resultados obtidos: 15 flagrantes por tráfico de entorpecente com a prisão de 30 pessoas e apreensão de aproximadamente 100 quilogramas de pasta base de cocaína;

6.1 Nome da Operação: Operação Barreiras;

- 6.2 Objetivo: Prevenção ao crime nas principais vias de acesso rodoviário e fluvial de Cruzeiro do Sul;
- 6.3 Tipificação penal: Ação preventiva abrangendo todo tipo de ilicitude;

6.4 Resultados obtidos: 6 flagrantes por tráfico de entorpecente com a prisão de 10 pessoas e apreensão de aproximadamente 10 quilogramas de pasta base de cocaína;

7.1 Nome da Operação: Operação Sangue de Dragão;

7.2 Objetivo: Repressão ao tráfico internacional de ayahuasca (DMT);

7.3 Tipificação penal: artigo 33 e 40, I, da Lei 11.343;

7.4 Resultados obtidos: apreensão de 18 litros de ayahuasca e indiciamento de 3 indivíduos.

8.1 Nome da Operação: Operação Proteção Terra Indígena;

8.2 Objetivo: Ações de apoio às comunidades Indígenas, especialmente no tocante ao uso de bebidas alcoólicas e a invasão das Terras Indígenas, sobretudo por parte dos moradores do entorno dessas comunidades;

8.3 Tipificação penal: artigo 58, III da Lei nº 6.001/73, artigos 29 a 53 da Lei 9.605/98.

8.4 Resultados obtidos: Realização de palestras orientando os indígenas quanto aos perigos do uso do álcool e de outras drogas, abordando sobre a necessidade de que exista um controle interno quanto ao uso da ayahuasca, a necessidade de preservação do meio ambiente e a necessidade de um projeto sustentável de produção de alimentos. Visita às comunidades que vivem no entorno das Terras Indígenas, orientando-as para que não invadam aquelas terras e que preservem o meio ambiente.

9.1 Nome da Operação: Operação DELESP;

9.2 Objetivo: Fiscalizar casas noturnas e instituições bancárias com o fim de verificar o uso adequado da segurança privada;

9.3 Resultados obtidos: 18 vistorias bancárias com emissão de 9 Autos de Infração; 1 Auto de Encerramento de Empresa; 1 Auto de Enceramento Espontâneo; 19 fiscalizações a casas noturnas e 13 averiguações de denúncias anônimas com emissão de 5 Autos de Infração.

10.1 Nome da Operação: Operação Aeroporto;

10.2 Objetivo: Realizar a segurança aeroportuária no Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul-AC;

10.3 Tipificação penal: Ação preventiva abrangendo todo tipo de ilicitude;

10.4 Resultados obtidos: 3 flagrantes por tráfico de entorpecente com a prisão de 6 pessoas e apreensão de aproximadamente 23 quilogramas de pasta base de cocaína;

IX. OPERAÇÃO SENTINELA

1.1. Nome da Operação: SENTINELA;

1.2. Objetivo: Desenvolver atividades operacionais de controle, fiscalização e inteligência policial, em conjunto com equipes de policiais e servidores de outros órgãos, com vistas a aprimorar a prevenção e a repressão aos crimes transnacionais praticados ao longo de toda a fronteira acreana;

1.3. Tipificações Penais de maior incidência: artigo 334 do Código Penal Brasileiro, artigos 12 e 14 da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e artigos 33, 35 e 40 da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas);

1.4. Resultados obtidos:

Tabela 01 – Resultados

PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
Termo Circunstanciado de Ocorrência	27
Barreira policial	1.097
Mandados de busca e apreensão cumpridos	101
Mandados de prisão cumpridos	50
Inquérito Policial instaurado	85
Auto de Prisão em Flagrante	111
Prisões efetuadas	161
Veículos vistoriados	19.728
Embarcações vistoriadas	763
Aeronaves vistoriadas	1.028
Pessoas vistoriadas	80.613

1.4.1 Apreensões (destaques):

Tabela 02 – Drogas

SUBSTÂNCIA	QUANTIDADE	UNIDADE (KG,UN)	DESTINAÇÃO E DEPÓSITO
Maconha	1, 522	kg	SR/AC
Cocaína cloridrato	27, 307	kg	SR/AC
Cocaína pasta base	456, 284	kg	SR/AC

Tabela 03 – Mercadorias e Equipamentos

TIPO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÃO/DESTINAÇÃO/DEPÓSITO
Cigarros (pacotes)	10.148	RF/AC
Pneus (unidades)	19	RF/AC
Outros	5.392	RF/AC

Tabela 04 – Armas e Munições

TIPO	QUANTIDADE	CALIBRE	OBSERVAÇÃO/DESTINAÇÃO/DEPÓSITO
Armas de Fogo	22	Div.	SR/AC
Munições/Explosivos	399	Div.	SR/AC

Tabela 05 – Numerário

MOEDA	VALOR TOTAL	OBSERVAÇÃO/DESTINAÇÃO/DEPÓSITO
Real	318.809,00	SR/AC
Dólares	12.026,00	SR/AC
Soles	627,00	SR/AC
Bolivianos	20,00	SR/AC

Tabela 06 – Veículos, Aeronaves e Embarcações

TIPO	QUANTIDADE	OBSERVAÇÃO/DESTINAÇÃO/DEPÓSITO
Motocicletas	18	SR/AC
Automóveis	35	SR/AC

O Departamento de Polícia Federal com o intuito de alcançar a melhoria da qualidade das provas, a celeridade, a objetividade e a eficiência na condução dos procedimentos investigatórios policiais, bem como o melhor aproveitamento dos recursos materiais e humanos disponíveis, considerando também que para consecução dos objetivos acima indicados as unidades atuaram com dedicação e empenho, apresentando significativo índice de produtividade, no que tange à quantidade de inquéritos relatados e laudos periciais realizados, sem prejuízo da quantidade de inquéritos instaurados.

Tabela 07 – Inquéritos Policiais - Produtividade = Relatados dividido por Instaurados

UNIDADES	PRODUTIVIDADE	UNIDADES	PRODUTIVIDADE
Mossoró	231%	Foz do Iguaçu	123%
Salgueiro	213%	Goiânia	122%
Parnaíba	193%	Belo Horizonte	120%
Sinop	187%	Caxias	120%
Uberaba	187%	São Paulo	120%
Marabá	187%	Natal	119%
Cruzeiro	183%	Gov. Valadares	119%
Araraquara	179%	Pacaraima	118%
Fortaleza	176%	Teresina	117%
Montes Claros	175%	Rio Branco	116%
Porto Velho	171%	Brasília	115%
São Sebastião	170%	Jales	115%
Ji-Paraná	169%	Volta Redonda	114%
Cruzeiro do Sul	166%	Ribeirão Preto	114%
Salvador	166%	Passo Fundo	113%

São Luís	165%	São José dos Campos	113%
Araguaína	162%	Porto Seguro	113%
Bauru	161%	Juazeiro	112%
Imperatriz	158%	Maceió	112%
Maringá	158%	Altamira	112%
Campo Grande	157%	Pelotas	111%
Anápolis	153%	Curitiba	111%
Manaus	153%	Uberlândia	110%
Epitaciolândia	153%	Angra dos Reis	110%
Caxias do Sul	151%	Guarapuava	109%
Nova Iguaçu	149%	Rondonópolis	109%
Macapá	149%	Ponta Porã	109%
Santos	148%	Naviraí	108%
Tabatinga	146%	Oiapoque	107%
Macaé	145%	Campina Grande	106%
Campinas	145%	Livramento	106%
Paranaguá	144%	Boa Vista	106%
São José do Rio Preto	143%	Dourados	106%
Itajaí	143%	Lages	106%
Varginha	143%	São Borja	106%
Aerop. Galeão	142%	P. Alegre	104%
Palmas	142%	Jataí	103%
Araçatuba	142%	Cach. Itapemirim	102%
Corumbá	140%	Aerop. Guarulhos	101%
Rio de Janeiro	137%	Piracicaba	100%
Campos dos Goytacazes	136%	Belém	99%
Ilhéus	136%	Bagé	98%
Guajará-Mirim	136%	Aerop. Congonhas	98%
Londrina	135%	Presid. Prudente	97%
Niterói	135%	São Mateus	95%
Vilhena	133%	Chapecó	95%
Santa Cruz do Sul	133%	Vitória	94%
Recife	132%	Joinville	92%
Cuiabá	132%	Patos	91%
Três Lagoas	131%	Santo Ângelo	89%
Uruguaiana	131%	Santarém	86%
Jaguarão	130%	Guaíra	85%
Barra do Garças	129%	Dionísio Cerqueira	84%
João Pessoa	128%	Chuí	83%
Caruaru	127%	Aracajú	82%
Sorocaba	126%	Juiz de Fora	80%
Florianópolis	126%	Rio Grande	76%
Cáceres	126%	Juazeiro do Norte	71%
Marília	125%	Criciúma	67%
Santa Maria	123%	Cascavel	62%

Fonte: Boletim de Serviço nº 24 de 03-02-2011

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos instaurados por portaria).

Houve em 2010 um aumento significativo do percentual de inquéritos policiais frente aos relatados. No ano de 2009 foram instaurados 614 (seiscentos e quatorze) inquéritos e relatados 360 (trezentos e sessenta), ou seja, 58,63%, enquanto que em 2010 foram 498 (quatrocentos e noventa e oito) instaurados e 579 (quinhentos e setenta e nove) relatados, totalizando 116% de inquéritos relatados na SR/DPF/AC, segundo dados extraídos do SISCART. Conforme a tabela acima, podemos observar que a produtividade nas Delegacias foi ainda melhor – Cruzeiro do Sul obteve 166% e Eпитaciolândia com 153%.

Tabela 08 – Laudos Periciais - Produtividade = Emitidos dividido por Requisições

INC/DITEC/DPF	443	SETEC/SR/DPF/PB	115	SETEC/SR/DPF/RR	103
UTECE/DPF/PTS/RS	227	UTECE/DPF/RPO/SP	115	SETEC/SR/DPF/RO	103
UTECE/DPF/VLA/RO	205	SETEC/SR/DPF/PE	115	NUTEC/DPF/STS/SP	100
UTECE/DPF/PDE/SP	169	SETEC/SR/DPF/RS	113	SETEC/SR/DPF/BA	99
SETEC/SR/DPF/GO	138	NUTEC/DPF/FIG/PR	113	UTECE/DPF/ITZ/MA	97
SETEC/SR/DPF/SC	137	SETEC/SR/DPF/RN	113	UTECE/DPF/SIC/MT	96
SETEC/SR/DPF/DF	132	SETEC/SR/DPF/MA	112	UTECE/DPF/UDI/MG	96
UTECE/DPF/JZO/BA	131	SETEC/SR/DPF/MG	112	UTECE/DPF/MII/SP	92
SETEC/SR/DPF/MS	127	UTECE/DPF/SMA/RS	112	UTECE/DPF/LDA/PR	92
SETEC/SR/DPF/PR	126	SETEC/SR/DPF/AC	111	UTECE/DPF/MBA/PA	89
UTECE/DPF/SNM/AP	124	SETEC/SR/DPF/MT	111	UTECE/DPF/ROO/MT	88
SETEC/SR/DPF/PA	122	UTECE/DPF/ARU/SP	110	SETEC/SR/DPF/SE	86
SETEC/SR/DPF/SP	121	SETEC/SR/DPF/TO	109	UTECE/DPF/DRS/MS	81
UTECE/DPF/JFA/MG	120	UTECE/DPF/SOD/SP	108	UTECE/DPF/SJK/SP	78
SETEC/SR/DPF/PA	120	SETEC/SR/DPF/AM	108	UTECE/DPF/CAS/SP	74
SETEC/SR/DPF/ES	118	SETEC/SR/DPF/AL	106	UTECE/DPF/JNE/CE	72
SETEC/SR/DPF/RJ	117	SETEC/SR/DPF/PI	104	UTECE/DPF/SGO/PE	72
SETEC/SR/DPF/CE	117	UTECE/DPF/PFO/RS	104	UTECE/DPF/GRA/PR	57

Fonte: Boletim de Serviço nº 24 de 03-02-2011

O esforço dependido pelo efetivo de tais unidades resultou na diminuição de pendências de realização de perícias, contribuindo, assim, para efetividade das investigações desenvolvidas e, por conseguinte, para o fortalecimento do conceito desta Instituição perante a sociedade.

Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos e as medidas tomadas para mitigá-las

No entanto, apesar das realizações supramencionadas, esta UJ deparou-se com dificuldades para realização de tais atuações, principalmente, relacionados com a escassez de recursos financeiros e falta de servidores tanto na área policial quanto administrativa. Contudo, tais fatos não acarretaram implicações significativas na eficácia das ações traçadas, pois esta SR/DPF/AC buscou, de todas as formas, a perfeita execução das Operações da Polícia Federal e suprir as demandas rotineiras atreladas à área administrativa.

Principais medidas que deverão ser adotadas pela unidade nos exercícios seguintes para corrigir os possíveis desvios dos objetivos traçados no exercício

Empenhar junto à Coordenação de Orçamento e Finanças – COF uma ampliação da dotação orçamentária destinada a esta Superintendência Regional com a finalidade de aumentar os recursos financeiros, imprescindíveis para a manutenção e modernização da Polícia Federal no estado do Acre. Também é de suma importância buscar meios de trazer servidores da área meio devido à escassez do efetivo que se agrava a cada ano devido aos pedidos de aposentadorias, remoções e exoneração.

CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1 – Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre			
Denominação abreviada: SR/DPF/AC			
Código SIORG: 001149	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200380/200381
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 75.24-8
Telefones/Fax de contato:	(068) 3214 1200	(068) 3214 1201	(068) 3214 1218
E-mail: sra.srac@dpf.gov.br			
Página na Internet: http:// www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Floriano Peixoto, nº 874, Centro, CEP: 69.908-030 Rio Branco/AC			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.			
SR/DPF/AC: Port. 259, de 18/05/65, BS. 095, de 24/05/65 - Criada como Posto.			
- Port. 1.545, de 11/12/72, BS. 235, de 12/12/72 - Elevada a Divisão de Polícia Federal.			
- Portaria n.º 039, de 17/03/75, BS. 052, de 18/03/75- Transforma a Divisão ao Acre em Superintendência.			
FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.			
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.			
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Instrução Normativa nº 05/2008-DG/DPF, de 03.04.2009.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200070	Superintendência Regional do estado do Acre		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200380	Departamento de Polícia Federal (Tesouro)		
200381	Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (FUNAPOL)		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200380		00001	
200381		00001	

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.1) Responsabilidades institucionais

2.1.1) Competência institucional

A Polícia Federal tem na sua origem a Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada por D. João VI, em 10 de maio de 1808, transformada em Departamento Federal de Segurança Pública com o Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944. Com a aprovação da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, o Departamento Federal de Segurança Pública adquiriu a capacidade de atuação em todo o território. Atualmente a Polícia Federal é representada nos Estados e no Distrito Federal por suas Superintendências, pelo Órgão Central em Brasília, por suas Delegacias em diversas cidades espalhadas pelo Brasil e possui ainda representação em 16 países, com 12 Adidâncias e 09 Escritórios de Ligação.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional, devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve, segundo o artigo 144, §1º da Constituição Federal:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Desta forma, a fim de viabilizar as ações no Estado do Acre Superintendência Regional de Polícia Federal está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, por duas (02) Delegacias de Polícia Federal em Epitaciolândia e Cruzeiro do Sul, além de quatro (4) Postos de Controle de Fronteiras, sendo estes localizados nos municípios de Assis Brasil, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Marechal Thaumaturgo.

Compõem, ainda, a estrutura da sede da Superintendência Regional no Acre: 09 (nove) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, subordinadas a **Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, subordinadas a **Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**, além de três 03 (três) Setores (Setor de Administração e Logística Policial, Setor Técnico-Científico, Setor de Recursos Humanos).

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Acre exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal e, ainda, administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais.

Cabe à SR/DPF/AC também propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, consolidando relatórios de avaliação de suas atividades, bem como adotar ações de controle e zelo pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

2.1.2) Objetivos estratégicos

Desde o ano de 2009 foram eleitos de forma ampla, pela Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal, os objetivos estratégicos da instituição, em consonância com as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas pelo Governo Federal no Plano Plurianual (PPA 2008 – 2011), conforme abaixo descrito:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

A proposta de planejamento estratégico supramencionado tem por fundamento o modelo de cenários prospectivos. Isto decorre do entendimento que, no contexto da Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, o que demanda das instituições que atuam nessa arena de intenso desenvolvimento a utilização de instrumentos que apoiem escolhas racionais e que forneçam confiança e conhecimento dos fatos. Dessa forma, por meio de metodologia científica, procura-se determinar futuros probabilísticos de maior generalidade criando cenários, sejam eles possíveis, realizáveis ou desejáveis.

Sabe-se que o futuro da criminalidade brasileira não pode ser predito, mas as ameaças e os pontos fracos que ela traz consigo podem ser estudados e entendidos, e, com base em tais considerações, estratégias e políticas podem se formuladas para influenciar os eventos que virão no sentido de minimizar seus impactos sobre a sociedade, ou até extingui-los.

Isto, posto, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03 de novembro de 2010, o planejamento estratégico da Polícia Federal pôde ser representado por três instrumentos:

- Plano Estratégico, composto por:

- I – Histórico;
- II – Negócio;
- III – Missão;
- IV – Visão;
- V – Valores;
- VI – Fatores Críticos de Sucesso;
- VII – Políticas Corporativas;
- VIII – Macro Objetivos;
- IX – Objetivos Institucionais; e
- X – Ações Estratégicas.

- Portfólio Estratégico, composto de:

I – Objetivos Institucionais; e
II – Ações Estratégicas.

• Mapa Estratégico, composto de:

I – Missão;

II – Visão;

III – Perspectivas;

IV – Macro Objetivos;

V – Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e

VI – Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

Entretanto, durante os dez primeiros meses de 2010, os objetivos da Polícia Federal estavam representados unicamente em seu Plano Estratégico. Nesse descortino, para efeito do período abrangido por este Relatório de Gestão, os objetivos estratégicos do DPF são:

1. *Adequação dos recursos humanos*

Descrição: Adequação qualitativa e quantitativa dos recursos humanos do DPF ao desempenho de suas atribuições legais.

2. *Organização dos recursos materiais*

Descrição: Organização dos recursos materiais do DPF, adequando-os à sua funcionalidade institucional.

3. *Compatibilização da estrutura organizacional do DPF com os seus processos*

Descrição: Compatibilizar a estrutura organizacional do DPF com os seus processos, buscando a excelência, celeridade e efetividade, maximizando os recursos disponíveis, de modo a obter os melhores resultados.

4. *Divulgação, promoção e defesa institucional*

Descrição: Divulgação da missão, valores e resultados do trabalho do DPF, junto ao público interno e externo, adequando qualitativa e quantitativamente sua sistemática à sua destinação legal.

5. *Ordenação dos recursos financeiros*

Descrição: Ordenação qualitativa e quantitativa dos recursos do DPF ao seu planejamento orçamentário e financeiro.

6. *Cooperação com instituições e organismos nacionais e internacionais*

Descrição: Promover ações de cooperação com instituições e órgãos parceiros, nacionais e estrangeiros.

7. *Aproveitamento dos recursos de C&T*

Descrição: Melhor aproveitamento dos recursos científico-tecnológicos disponíveis, fortalecendo o DPF no desempenho de suas atribuições legais.

8. *Manutenção e atualização do Plano Estratégico*

Descrição: Envidar os esforços necessários, a fim de manter e atualizar o Plano Estratégico do DPF.

9. *Implantação da Gestão de Qualidade Total - GQT*

Descrição: Fazer do DPF um modelo de gestão pública, reduzindo, simplificando, melhorando e informatizando todos os processos administrativos internos, bem como os associados à prestação de serviços ao público.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da missão da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.” Isso, para atingir a sua visão de futuro que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a Superintendência de Polícia Federal no Estado do Acre atuou mais notadamente na integração com os demais Órgãos de Segurança Pública, especialmente no campo da inteligência policial.

Nas áreas de fronteira, sobretudo na região Amazônica, buscou-se programar a integração com outras áreas de governo, visando o combate ao tráfico de armas e entorpecentes e delitos ambientais, dentre outras, inclusive mediante a utilização do SIVAM/SIPAM otimizando a utilização dos meios já disponibilizados pelo Sistema e daqueles existentes no DPF.

Ainda sob esse contexto, modernizou-se o Controle Migratório e ampliaram-se as ações de combate ao contrabando e descaminho através do controle de pontos estratégicos de fronteira e dos portos e aeroportos do país, com a participação da Receita Federal e de outras Instituições. Houve uma interação mais efetiva com a SENASP, com a Polícia Rodoviária Federal e com as forças policiais estaduais, bem como se priorizaram parcerias com outras agências governamentais - INCRA, IBAMA, FUNAI, INSS, DNPM, DRCI, COAF e Ministério do Trabalho - nas operações executadas em todo território nacional. Por outro lado, a fixação de mais policiais federais em todo território nacional, em especial no Estado do Acre, possibilitou dinamizar a atuação da Polícia Federal, contribuindo significativamente para um combate mais efetivo da criminalidade.

Nesse contexto organizacional e estratégico, todas as unidades do Departamento de Polícia Federal – DPF estão integradas nas ações que buscam o cumprimento da missão institucional em consonância com as diretrizes governamentais que compõem o Plano Plurianual – PPA - (lei nº 11.653/2008 alterada pela lei nº 12.352/2010) onde a Polícia Federal está inserida no Objetivo Estratégico “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos Cidadãos”.

2.2) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida

Para o cumprimento de sua responsabilidade institucional o Departamento de Polícia Federal contou com as Unidades Centrais, as quais gerenciaram 06 (seis) Unidades Gestoras, e foram responsáveis pela coordenação das atividades da Polícia Federal e pela execução de ações que necessitavam de um comando centralizado, as quais aplicaram ou foram beneficiárias de parte significativa do orçamento do DPF no exercício de 2010.

As Unidades Descentralizadas contaram com as Superintendências nas capitais de todos os estados da federação e no Distrito Federal, além de Delegacias especializadas e *confrons* espalhados pelo país que foram responsáveis pela execução das ações do DPF em nível estadual, tanto na atuação como Polícia Judiciária da União, como Polícia Administrativa.

Assim, com o fito de se alcançar os objetivos macros elencados no Planejamento Estratégico do Departamento de Polícia Federal, quais sejam melhoria na gestão, combate à corrupção, narcotráfico, crimes contra o meio-ambiente e inserção internacional, várias ações administrativas e operacionais foram descritas no Plano de Metas – PMA no âmbito desta descentralizada para o exercício de 2010.

No que concerne aos aspectos administrativos relacionado com o objetivo estratégico Melhoria da Gestão, correlacionados com os Programas Apoio Administrativo e Modernização da Polícia Federal, a Superintendência foi aparelhada com computadores, impressoras, *nobreak's*, viaturas, dentre outros, tanto adquiridos por meio de procedimentos licitatórios quanto por uma doação feita pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu e, ainda, nesse contexto, algumas soluções prementes foram atendidas, tais como reestruturação do depósito contemplando instalação de circuito de segurança, grades nas portas e cofre; reforma da Delegacia de Epitaciolândia, incluindo a substituição dos aparelhos condicionadores de ar do tipo janeleiro por *split*; implantação de domínio único no estado do Acre com integração ao AD nacional e instalação de ponto eletrônico.

Ainda sob este aspecto, podem ser discriminadas medidas internas pertinentes a fatores relacionados a Recursos Humanos, tais como lotação de mais servidores na DELEPREV/SR/DPF/AC e DRE/SR/DPF/AC, reuniões periódicas com as chefias de setores e núcleos e participação em eventos de capacitação.

No tocante aos aspectos operacionais relacionados com os demais objetivos estratégicos, em consonância com os Programas Repressão e Combate à Criminalidade e PRONASCI, foram deflagradas várias operações, dentre elas podemos citar Operação Pista Livre, Terra Caída, Oxi, Casamata e Floresta Viva II e III, que foram altamente relevantes e trouxeram resultados positivos para a sociedade como um todo, cite-se como exemplo a redução nas queimadas e desmate florestal (Floresta Viva II e III).

2.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

A Superintendência Regional no estado do Acre intensificou a repressão ao crime organizado, ampliando a vigilância nas fronteiras principalmente com a sua Delegacia em Epitaciolândia na fronteira com a Bolívia, e seus *CONFRONS* nos municípios de Assis Brasil fazendo fronteira com a Bolívia e o Peru; Plácido de Castro na fronteira com Bolívia; Marechal Thaumaturgo na fronteira da República do Peru; e Santa Rosa do Purus na fronteira da República do Peru, visando impedir o tráfico internacional de armas e entorpecentes.

Integrando mecanismos investigativos para combater a lavagem de dinheiro e enfraquecer as organizações criminosas ligadas ao tráfico, ações com resultado positivo foram tomadas como o reforço da cooperação internacional, ampliando as bases de dados.

Pode-se inferir, diante de todo o exposto, que não houve por parte desta Superintendência Regional no Acre, inércia no cumprimento de suas competências constitucionais, pelo contrário, houve efetividade no sentido de se lograr êxito e se atingir os objetivos propostos no pelo Órgão Central quanto ao Planejamento Estratégico do Departamento de Polícia Federal.

2.3) Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

As Superintendências não têm responsabilidade de gerir programas de governo inscritos na lei do plano plurianual – PPA, as mesmas operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 – Execução Física das ações realizadas pela UJ

<i>Função</i>	<i>Subfunção</i>	<i>Programa</i>	<i>Ação</i>	<i>Tipo da Ação</i>	<i>Prioridade</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Meta prevista</i>	<i>Meta realizada</i>	<i>Meta a ser realizada em 2011</i>
06	422	1453	8375	A	2	N/A	N/A	N/A	N/A
06	422	1453	20EV	A	2	N/A	N/A	N/A	N/A
09	122	0750	2000	A	2	N/A	N/A	N/A	N/A
09	271	0087	8452	A	2	N/A	N/A	N/A	N/A
06	122	0750	2000	A	2	N/A	N/A	N/A	N/A
06	122	1353	5022	A	2	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIAFI

A ação 5022 – Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, dentro do programa 1353 – Modernização da Polícia Federal, está sendo executada. A licitação para construção ocorreu em outubro de 2010 e foi vencida pela empresa Itasa Construções e Incorporações Ltda, no valor global de R\$ 30.991.072,98. A obra tem por finalidade proporcionar à Polícia Federal a estrutura física adequada ao melhor desempenho de suas funções, aprimorando a qualidade do atendimento ao público externo.

Com relação ao cumprimento das metas físicas, ações que apresentaram problemas de execução, ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas, bem como as ações prioritárias na LDO, não se aplicam, pois esta UJ opera apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se refletem a todo DPF.

2.4) Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1) Programação orçamentária da despesa

O item não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, pois a mesma não é Unidade Orçamentária e não tem Unidade Gestora Orçamentária consolidada ou agregada.

2.4.1.1) Programação de despesas correntes

O item não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, pois a mesma não é Unidade Orçamentária e não tem Unidade Gestora Orçamentária consolidada ou agregada.

2.4.1.2) Programação de despesas de capital

O item não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, pois a mesma não é Unidade Orçamentária e não tem Unidade Gestora Orçamentária consolidada ou agregada.

2.4.1.3) Quadro resumo da programação de despesas

O item não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada, pois a mesma não é Unidade Orçamentária e não tem Unidade Gestora Orçamentária consolidada ou agregada.

2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200380	8452 2000 20 EV 8375	-	-	6.810.942,55
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200380	8452 2000 20 EV 8375	134.743,51	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200381	2679 2720	-	-	2.433.935,78

			2726 2000 5022			
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200381	2679 2720 2726 2000 5022	8.981.077,00	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

A Superintendência Regional no estado do Acre apenas recebe seus recursos mediante movimentação, originados da Sede em Brasília/DF, e não realiza movimentação de crédito externa, tendo em vista a natureza de seu trabalho. No que se refere à movimentação de crédito interna a UJ é apenas recebedora, e na rubrica de investimento foi recebido R\$ 8.981.077,00. Deste montante, R\$ 8.000.000,00 foram destinados para a obra de construção da Sede própria da Superintendência Regional no estado do Acre, sendo que este valor ficou em Restos a Pagar não processado, tendo em vista a publicação do contrato apenas em dezembro de 2010, não havendo tempo hábil para a conclusão de nenhuma medição. O restante investido em compra de computadores, viaturas, *nobreaks* e outros bens permanentes necessários ao bom desempenho das atividades desta Superintendência Regional.

No que tange às despesas correntes, totalizam R\$ 2.433.935,78 no exercício de 2010. Este montante é suficiente apenas para atender o pagamento de diárias e dos contratos vigentes, sem novas contratações, não atendendo, portanto a exigência de novas demandas, bem como impedindo a aditamento de valor dos já existentes.

2.4.2) Execução orçamentária da despesa

2.4.2.1) Execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada, tendo em vista o não enquadramento com base nas orientações contidas na Portaria TCU 277.

2.4.2.1.1) Despesa por modalidade de contratação

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada, tendo em vista o não enquadramento com base nas orientações contidas na Portaria TCU 277.

2.4.2.1.2) Despesas correntes por grupo e elemento de despesa

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada, tendo em vista o não enquadramento com base nas orientações contidas na Portaria TCU 277.

2.4.2.1.3) Despesa de capital por grupo e elemento de despesa

Não se aplica a Unidade Jurisdicionada, tendo em vista o não enquadramento com base nas orientações contidas na Portaria TCU 277.

2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

UG 200380				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	2.512.446,70	3.063.047,53	2.512.446,70	3.063.047,53
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	2.512.446,70	3.063.047,53	2.512.446,70	3.063.047,53
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	1.077.290,84	905.141,05	1.077.290,84	905.141,05
Dispensa	1.036.283,01	873.612,56	1.036.283,01	873.612,56
Inexigibilidade	41.007,83	31.528,49	41.007,83	31.528,49
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	718.234,02	-	718.234,02
Pagamento em Folha	¹	¹	¹	¹
Diárias	-	718.234,02	-	718.234,02
Outras (não se aplica)	630.110,24	1.578.628,15	630.110,24	1.578.628,15
UG 200381				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	32.000,00	-	32.000,00
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	-	32.000,00	-	32.000,00
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	4.955,00	-	4.955,00	-
Dispensa	200,00	-	200,00	-
Inexigibilidade	4.755,00	-	4.755,00	-
Regime de Execução Especial	208.816,68	259.783,20	-	-
Suprimento de Fundos	208.816,68	259.783,20	208.816,68	259.783,20
Pagamento de Pessoal	-	2.074.833,16	-	2.074.833,16
Pagamento em Folha	¹	¹	¹	¹
Diárias	-	2.074.833,16	-	2.074.833,16
Outras (não se aplica)	2.123.730,62	67.575,22	2.123.730,62	67.575,22

Fonte: SIAFI

¹ Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

UG: 200380								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de	-	-	-	-	-	-	-	-

Pessoal								
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	5.485.977,75	9.193.984,50	5.411.701,43	8.651.903,10	74.276,32	742.081,40	5.411.701,43	8.651.903,10
37-Locação de mão de obra	1.118.913,64	1.620.731,25	1.118.913,64	1.360.238,26	-	260.492,99	1.118.913,64	1.360.238,26
39-Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica	1.456.572,25	1.757.409,92	1.425.508,11	1.422.227,61	31.064,14	335.182,31	1.425.508,11	1.422.227,61
93-Indenizações e restituições	378.933,38	849.759,43	378.933,38	849.464,15	-	295,28	378.933,38	849.464,15
Demais elementos do grupo	1.265.779,24	2.383.041,95	1.244.173,15	2.509.986,54	21.606,09	73.055,41	1.244.173,15	2.509.986,54
14-Diárias pessoal civil	137.147,39	718.234,02	137.147,39	718.234,02	-	-	137.147,39	718.234,02
30-Material de consumo	400.201,70	759.386,24	392.601,70	710.902,13	7.600,00	48.484,11	392.601,70	710.902,13
33-Passagens e despesas com locomoção	526.739,36	381.735,97	520.580,66	357.164,67	6.158,70	24.571,30	520.580,66	357.164,67
36-Serviços de terceiros Pessoa Física	76.939,17	140.448,88	69.091,78	140.448,88	7.847,39	-	69.091,78	140.448,88
47-Obrig. trib. e cont. Op. Intra-orçamentária	4.668,01	5.656,28	4.668,01	5.656,28	-	-	4.668,01	5.656,28
92-Despesas de exercícios anteriores	120.083,61	577.580,56	120.083,61	577.580,56	-	-	120.083,61	577.580,56
UG: 200381								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	5.485.977,75	9.193.984,50	5.411.701,43	8.651.903,10	74.276,32	742.081,40	5.411.701,43	8.651.903,10
37-Locação de mão de obra	1.118.913,64	1.620.731,25	1.118.913,64	1.360.238,26	-	260.492,99	1.118.913,64	1.360.238,26
39-Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica	1.456.572,25	1.757.409,92	1.425.508,11	1.422.227,61	31.064,14	335.182,31	1.425.508,11	1.422.227,61
93-Indenizações e restituições	378.933,38	849.759,43	378.933,38	849.464,15	-	295,28	378.933,38	849.464,15
Demais elementos do grupo	1.265.779,24	2.383.041,95	1.244.173,15	2.509.986,54	21.606,09	73.055,41	1.244.173,15	2.509.986,54
14-Diárias pessoal civil	137.147,39	718.234,02	137.147,39	718.234,02	-	-	137.147,39	718.234,02
30-Material de consumo	400.201,70	759.386,24	392.601,70	710.902,13	7.600,00	48.484,11	392.601,70	710.902,13
33-Passagens e despesas com locomoção	526.739,36	381.735,97	520.580,66	357.164,67	6.158,70	24.571,30	520.580,66	357.164,67
36-Serviços de terceiros Pessoa Física	76.939,17	140.448,88	69.091,78	140.448,88	7.847,39	-	69.091,78	140.448,88
47-Obrig. trib. e cont. Op. Intra-orçamentária	4.668,01	5.656,28	4.668,01	5.656,28	-	-	4.668,01	5.656,28
92-Despesas de exercícios anteriores	120.083,61	577.580,56	120.083,61	577.580,56	-	-	120.083,61	577.580,56

Fonte: SIAFI

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.13 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

UG: 200380				
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	RP não processados	Valores Pagos

	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	166.779,00	134.743,51	52.319,50	122.838,91	114.459,50	11.904,60	52.319,50	122.838,91
52.Equip. e Mat. Permanente-Op. Int. Orç.	166.779,00	134.743,51	52.319,50	122.838,91	114.459,50	11.904,60	52.319,50	122.838,91
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
UG: 200381								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	866.104,86	8.981.077,00	-	32.000,00	866.104,86	8.981.077,00	-	32.000,00
51. Obras e Instalações	866.104,86	8.000.000,00	-	-	866.104,86	8.000.000,00	-	-
52.Equip. e Mat. Permanente-Op. Int. Orç.	-	981.077,00	-	32.000,00	-	949.077,00	-	32.000,00
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Um ponto positivo observado foi à destinação de R\$ 8.000.000,00 para construção da nova Superintendência Regional do estado do Acre que atualmente funciona em um prédio cedido pelo Governo do Acre, mas que apresenta sérios problemas estruturais e não possui espaço físico suficiente para todos os servidores, sendo necessário locar imóvel para alojar vários setores.

A Delegacia de Polícia Federal de Epitaciolândia foi contemplada com sua reforma, durante o ano de 2009, através do Plano de Obras – PLANOB, na Ação 8979, e foi concluída em 2010. A Delegacia foi praticamente refeita, apresentando instalações mais modernas, melhorando a acomodação dos servidores policiais e administrativos que trabalham naquela unidade.

2.4.3) Indicadores Institucionais

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, foi contratada a Fundação Getúlio Vargas - FGV, todavia, em função da frustração diante dos resultados apresentados, circunstância que implicou no não pagamento, até o momento, pelos serviços, restou prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui como atribuição:

(...)

"II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial;"

Desta forma, no decorrer de 2011 deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

3.1) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.3.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil	
Código SIAFI	Denominação
200380	Departamento de Polícia Federal (Tesouro)
Linha Detalhe	

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
-	-	-	-	-	-
Razões e Justificativas:					
Situação não ocorrida no exercício de 2010.					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
200381		Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (FUNAPOL)			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
-	-	-	-	-	-
Razões e Justificativas:					
Situação não ocorrida no exercício de 2010.					

Fonte: SIAFI

3.2) Análise crítica

Análise crítica prejudicada devido a não ocorrência no exercício de 2010.

4. Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

4.1) Pagamentos e cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

UG 300380				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	167.129,73	12.472,33	154.657,40	-
2008	803.108,06	180.084,08	623.023,98	-
Observações:				
UG 200381				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	873.104,86	2.296,86	870.808,00	-
2008	192.289,21	1.324,00	190.965,21	-
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2) Análise Crítica

No que tange aos restos a pagar verificar-se que ocorreu um decréscimo nos montantes inscritos tanto nos exercícios de 2008 como no de 2009. O referido decréscimo decorre de cancelamentos e pagamentos efetuados após a liquidação dos mesmos, conforme pode ser observado nos quadros supra.

5. Recursos Humanos

5.1) Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro A.5.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	230	59	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	230	59	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	230	59	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	07	12	61
1.4.1 Cedidos	-	02	02	-
1.4.2 Removidos	-	-	05	61
1.4.3 Licença remunerada	-	05	05	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	04	04	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	04	02	02
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	04	02	02
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	22	20	07	05
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	22	20	07	05
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	-	-	-	-

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	60	100	48	21	01
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	60	100	48	21	01
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-

2. Provedimento de cargo em comissão	01	12	07	04	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	02	01	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	10	06	04	-

Fonte: DPAG/SIAPE

Quadro A.5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	-	-	02	02	36	145	34	08	03
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	02	02	36	145	34	08	03
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	16	06	-	01
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	02	02	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	14	04	-	01

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: DPAG/SIAPE

5.2) Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro A.5.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	13	01
1.1 Voluntária	10	01
1.2 Compulsório	0	-
1.3 Invalidez Permanente	03	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	01	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	01	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.5 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	02	00
2. Proporcional	00	00

Fonte: SIAPE

5.3) Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					46.008,66
<input type="checkbox"/> Área Fim	01	01	01	01	-
<input type="checkbox"/> Área Meio	05	05	05	05	-
Nível Médio					71.318,00
<input type="checkbox"/> Área Fim	10	10	10	10	-
<input type="checkbox"/> Área Meio	05	05	05	05	-

Fonte: SIAPE

5.4) Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro A.5.7 – Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	00	00	00	00	00	00	00	00
2009	00	00	00	00	00	00	00	00
2010	00	0	00	00	00	00	00	00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	16.466.748	77.883	1.367.813	607.979	23.254	53.252	00	18.596.929
2009	21.045.496	121.103	1.680.015	774.525	1.420	36.419	582.233	24.241.211
2010	23.241.301	135.603	2.056.539	780.151	520	195.725	929.771	27.339.610
Servidores com Contratos Temporários								
2008	00	00	00	00	00	00	00	00
2009	00	00	00	00	00	00	00	00
2010	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	106.620	00	9.202	00	00	00	23	115.848
2009	113.360	00	9.468	6.312	00	00	1.258	130.398
2010	113.627	00	9.468	6.312	00	300	3.648	133.355
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	00	00	00	00	00	00	00	00
2009	00	00	00	00	00	00	00	00
2010	00	00	00	00	00	00	00	00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	00	17.107	00	00	00	00	00	17.107
2009	508.449	52.275	00	00	00	00	00	560.724
2010	755.355	70.993	00	00	00	00	00	826.348
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	2.295.555	59.469	201.269	76.946	2.151	8047	10.198	2.653.635
2009	2.657.871	63.843	00	00	00	00	00	2.721.714
2010	2.639.769	61.571	00	00	00	00	00	2.701.340

Fonte: DPAG/CRH/DGP/DPF

5.5) Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.8 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante

Nome: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Acre													
UG/Gestão: 200380/200381						CNPJ: 00.394.494/0019-65							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	004/2010 – SR/DPF/AC	06.272.413/0008-88	01/02/2010	31/12/2011	2	2	-	-	-	-	P
2010	L	O	005/2010 – SR/DPF/AC	08.573.956/0001-94	01/02/2010	31/12/2010	1	1	-	-	-	-	P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Fonte: SIASG/SICON													

Quadro A.5.9 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal -AC													
UG/Gestão: 200380/200381						CNPJ: 00.394.494/0019-65							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	01/2010 – SR/DPF/AC	06.272.413/0008-88	01/02/2010	31/12/2011	05	05	-	-	-	-	P
2010	1	O	Contrato 03/2010-SR/DPF/AC	09.134.888/0001-20	02/02/2010	02/02/2015	05	04	00	00	00	00	P
2010	1	O	Contrato 17/2010-SR/DPF/AC	09.134.888/0001-20	02/08/2010	02/08/2015	00	00	06	05	00	00	P
2010	1	O	Contrato 18/2010-SR/DPF/AC	09.592.187/0001-34	21/06/2010	21/06/2015	00	00	10	06	00	00	P
2010	1	O	Contrato 19/2010 – SR/DPF/AC	08.575.671/0001-92	21/06/2010	21/06/2015	00	00	04	04	00	00	P
2010	1	O	Contrato 20/2010 – SR/DPF/AC	07.533.627/0001-57	16/06/2010	16/06/2015	00	00	06	06	00	00	P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:SIASG/SICON

Quadro A.5.10 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
001/2010-SR/DPF/AC	3	02	Sede SR/DPF/AC
001/2010-SR/DPF/AC	3	01	Anexo Administrativo da SR/DPF/AC
001/2010-SR/DPF/AC	3	01	DPF/CZS/AC
001/2010-SR/DPF/AC	3	01	DPF/EPA/AC
003/2010-SR/DPF/AC	1	01	Comando de Controle – Operação Sentinela – Rio Branco/AC
003/2010-SR/DPF/AC	1	01	CONFRON Marechal Thamaturgo/AC
003/2010-SR/DPF/AC	1	01	CONFRON Plácido de Castro/AC
003/2010-SR/DPF/AC	1	01	Base Juruá – Operação Sentinela – Cruzeiro do Sul/AC
004/2010-SR/DPF/AC	8	08	Sede SR/DPF/AC
004/2010-SR/DPF/AC	8	04	Anexo Administrativo da SR/DPF/AC
004/2010-SR/DPF/AC	8	04	DPF/CZS/AC
004/2010-SR/DPF/AC	8	04	DPF/EPA/AC
004/2010-SR/DPF/AC	8	04	DELEMIG/SR/DPF/AC
005/2010-SR/DPF/AC	7	06	Sede SR/DPF/AC
005/2010-SR/DPF/AC	7	02	Anexo Administrativo da SR/DPF/AC
005/2010-SR/DPF/AC	7	02	DPF/CZS/AC
005/2010-SR/DPF/AC	7	03	DPF/EPA/AC
005/2010-SR/DPF/AC	7	01	DELEMIG/SR/DPF/AC
017/2010- SR/DPF/AC	1	02	SR/DPF/AC
017/2010- SR/DPF/AC	1	01	Anexo Administrativo da SR/DPF/AC
017/2010- SR/DPF/AC	1	01	DELEMIG/DREX/SR/DPF/AC
017/2010- SR/DPF/AC	1	01	DPF/CZS/AC
018/2010-SR/DPF/AC	1	02	SR/DPF/AC
018/2010-SR/DPF/AC	1	02	DPF/CZS/AC
018/2010-SR/DPF/AC	1	02	DPF/EPA/AC
019/2010- SR/DPF/AC	1	02	DELEMIG/DREX/SR/DPF/AC
019/2010- SR/DPF/AC	1	01	DPF/CZS/AC
019/2010- SR/DPF/AC	1	01	DPF/EPA/AC
020/2010- SR/DPF/AC	1	01	SR/DPF/AC
020/2010- SR/DPF/AC	1	02	Anexo Administrativo da SR/DPF/AC
020/2010- SR/DPF/AC	1	01	DELEMIG/DREX/SR/DPF/AC
020/2010- SR/DPF/AC	1	01	DPF/CZS/AC
020/2010- SR/DPF/AC	1	01	DPF/EPA/AC

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 5. Serviços de Brigada de Incêndio; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| | 9. Outras. |

Fonte:SIASG/SICON

5.6) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

¹Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão da Polícia Federal quanto aos objetivos estratégicos, foi contratada a Fundação Getúlio Vargas - FGV, todavia, em função da frustração diante dos resultados apresentados, circunstância que implicou no não pagamento, até o momento, pelos serviços, restou prejudicada o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado ao Diretor-Geral, o qual possui como atribuição:

(...)

"II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial;"

Desta forma, segundo a Assessoria do Gabinete do Diretor Geral, no decorrer de 2011 deverão ser desenvolvidas ações que implicarão na elaboração dos indicadores de desempenho no âmbito desta Polícia Federal, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

6. Transferências


6.1) Transferências efetuadas no exercício

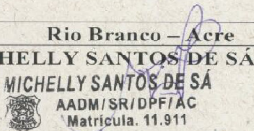
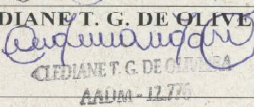
As informações serão fornecidas pelo Órgão Central, pois não se aplica no âmbito desta unidade, uma vez que a mesma não utilizou transferências de recursos financeiros ou créditos, sejam por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos

6.2) Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo


Não se aplica, tendo em vista que esta UJ não realizou transferências de recursos financeiros ou créditos, sejam por convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres.

7. Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010


 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE
 SETOR DE RECURSOS HUMANOS

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
Denominação completa (UJ): SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE			Código da UG 200380/200381
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados por esta unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência Regional não firma nenhum dos instrumentos supramencionados ou outros congêneres, pois tal a atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio Branco – Acre	Data	22/03/2011
Responsável	MICHELLY SANTOS DE SÁ  MICHELLY SANTOS DE SÁ AADM/SR/DPF/AC Matrícula. 11.911	Mat.	11.911
Responsável	CLEDIANE T. G. DE OLIVEIRA  CLEDIANE T. G. DE OLIVEIRA AADM-12.776	Mat.	12.776


8. Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010


 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE
 SETOR DE RECURSOS HUMANOS

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, em cumprimento ao previsto no Art. 4º da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que os servidores responsáveis pelas unidades constantes do Rol de Responsáveis do Departamento de Polícia Federal, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Rendidas relativa ao exercício de 2010, ano base 2009, na forma da Lei 8.730 de 10 de novembro de 1993.

Rio Branco/AC, 22 de março de 2011


 MARIA LEUDA MONTEIRO DE OLIVEIRA
 Chefe do Setor de Recursos Humanos
 SR/DPF/AC

9. Sistema de Controle Interno

9.1) Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5

23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Considerações gerais: É inegável a importância do Controle Interno dentro das UJ's da Polícia Federal, especialmente no que tange à prevenção e combate à corrupção. O Controle Interno, por vezes, é mais importante que o Controle Externo, uma vez que está dentro da própria administração, o que facilita as devidas correções e ações do gestor. Em 2010 a Polícia Federal, como forma de melhor assistir o Controle Interno realizado pelo Órgão Central, nomeou através de Portaria, servidores dentro das UJ's para as funções de Conformista de Gestão (documental) e Conformista Contábil. Ao Conformista de Gestão cabe a análise documental de todos os processos que geram despesas, assim como os processos que deram ensejo a essas despesas (contratos firmados pelo Órgão). Quanto ao Conformista Contábil cabe a certificação dos registros contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, tendo como base os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público. Após a implementação das rotinas de conformidades adotadas pelo DPF, tem-se observado um maior controle e eliminação de erros na execução orçamentária, financeira e patrimonial, além de ter fortalecido a credibilidade da informação, facilitando o acompanhamento e a comparação da situação econômico-financeira dos entes públicos e a conseqüente economicidade e eficiência na alocação de recursos.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. Sustentabilidade Ambiental

10.1) Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				

Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Critério não adotado nas licitações do exercício de 2010			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X			
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Critério não adotado nas licitações do exercício de 2010			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Foram adquiridos e instalados aparelhos condicionadores de ar tipo <i>split</i> , refrigeradores para as bases operacionais com certificação.			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X			
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	Critério não adotado nas licitações do exercício de 2010			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X			
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Não foi realizada licitação no exercício para aquisição de viaturas.			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X			
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Critério não adotado nas licitações do exercício de 2010			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.			X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Foram feitas divulgações pela intranet a fim de conscientizar os servidores da utilização racional dos materiais de expediente e consumo de água e luz.			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da				X

<i>necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i>				
<i>Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</i>	No ano de 2008 a SR/DPF/AC lançou o Programa Carbono Neutro com a efetiva participação dos servidores.			
Considerações Gerais: O critério de sustentabilidade será adotado a partir do exercício de 2011 em todas as licitações as quais o objeto licitado seja pertinente.				
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>				

Fonte: Comissão Permanente de Licitação SR/DPF/AC

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário

11.1) Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UFAC	07	07
	Brasília	04	04
	Cruzeiro do Sul	01	01
	Rio Branco	02	02
Total		07	07

Fonte: Portal do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet (www.spiunet.spu.planejamento.gov.br)

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF AC	01	01
	Rio Branco	01	01
Total		01	01

Fonte: SIASG /SICON

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200380	0105.00026.500-1	Em Regularização - Outros	Ótimo	-	20/06/2008	R\$ 417.353,71	R\$ 863.808,00	-
200380	0105.00027.500-7	Em Regularização - Outros	Reparos Importantes	-	20/06/2008	R\$ 46.954,63	-	-
200380	0105.00028.500-2	Em Regularização - Outros	Reparos Importantes	-	20/06/2008	R\$ 46.954,63	-	-
200380	0105.00029.500-8	Em Regularização - Outros	Reparos Importantes	-	20/06/2008	R\$ 213.954,63	-	-
200380	0107.00079.500-7	Entrega-Administração Federal Direta	Regular	-	20/06/2008	R\$ 320.739,91	-	-
200380	0139.00272.500-4	Em Regularização - Entrega	Bom	-	16/07/2010	R\$ 174.457,92	-	-
200380	0139.00292.500-3	Entrega-Administração Federal Direta	n/d	-	09/04/2010	R\$ 734.643,00	-	-
Total							R\$ 863.808,00	-

Fonte: Portal do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet (www.spiunet.spu.planejamento.gov.br).

11.2) Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade

RIP 0105.00026.500-1

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM EPITACIOLÂNDIA

O imóvel foi completamente reformado e remodelado, alterando toda a disposição da Delegacia, exceto o canteiro central para não alterar a área construída. Foi trocado o piso por completo, forro e telhado, pintura completa. Algumas paredes foram reaproveitadas. O imóvel foi entregue em meados de dezembro do ano de 2010.

RIP 010500027.500-7

CASA 1, ANEXA A DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM EPITACIOLÂNDIA

O imóvel encontra-se em péssimo estado de conservação devido à depreciação avançada e a superutilização à época da reforma da Delegacia, onde a depreciação teve seu processo acelerado. Há fissuras em alguns pontos, piso, forro e pintura em mau estado, rede elétrica em péssimo estado.

RIP 0105.00028.500-2

CASA 2, ANEXA A DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM EPITACIOLÂNDIA

O estado atual é pior do que o citado acima, na casa 1. Enquanto a Delegacia estava em reforma, esta casa serviu como Delegacia temporária, acarretando em deteriorar ainda mais o caráter construtivo que já era ruim.

RIP 0105.00029.500-8

CASA 3, ANEXA A DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM EPITACIOLÂNDIA

O imóvel passou por pequenas reformas em 2007. Como sempre foi utilizado apenas para a finalidade residencial funcional, o estado geral não é tão ruim como nas anteriores, porém necessita de uma remodelação, já que os aspectos construtivos são arcaicos e não mais utilizados.

RIP 0107.00079.500-7

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CRUZEIRO DO SUL

O imóvel tem sua construção com idade inferior a 10 anos, portanto não há depreciação em estado avançado. As reformas necessárias são apenas de realocação de salas e reaproveitamento da área construída.

RIP 0139.00272.500-4

RESIDÊNCIA FUNCIONAL – DELEGACIA DE IMIGRAÇÃO

O imóvel encontra-se em bom estado de conservação, necessitando de alguns reparos apenas por conta de depreciação devido a ter sua origem em residência funcional e estar sendo utilizado como Delegacia.

RIP 0139.00292.500-3

TERRENO DA NOVA SEDE DPF/AC

No ano de 2010 houve a licitação para a construção da nova sede, sendo iniciada a somente a limpeza do terreno.

12. Gestão de Tecnologia da Informação

12.1) Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					

4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	03			
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X			
Segurança da Informação				
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas				
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI				
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	40%			
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X		
Considerações Gerais: O quadro foi respondido pelos servidores do Núcleo de Tecnologia de Informação da SR/DPF/AC.				
LEGENDA				
Níveis de avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.				

Fonte: NTI/SR/DPF/AC

13. Informação referente ao item 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010 – Cartões de pagamento

Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

Quadro A.13.1 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valor em R\$1,00

Unidade Gestora: 200381/00001			Limite de Utilização da UG			
SF Siafi	Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
PV ¹	Cícero Aparecido Alves dos Santos	617.476.969-00	4.000,00	-	3.996,00	3.996,00
PV ¹	Raimundo Almeida de Araújo	013.026.122-04	8.000,00	2.390,00	2.258,77	4.648,77
REE ²	Lucilo Jorge Filho	201.799.604-15	32.000,00	5.750,00	26.229,03	31.979,03
REE ²	Alexandre Cristóvão Mees	016.711.399-25	32.000,00	2.140,00	29.238,37	31.378,37
REE ²	Daniel Teodoro do Nascimento Neto	644.571.253-34	16.000,00	50,00	2.752,90	2.802,90
REE ²	Renato Correa Santos	975.396.946-53	16.000,00	2.620,00	13.346,00	15.966,00
REE ²	Cezar Silvino Gomes	002.479.466-05	2.000,00	-	1.097,16	1.097,16
REE ²	Alexandre Conrad Ruchiga	005.932.867-31	6.000,00	-	890,50	890,50
REE ²	Sebastião César de Oliveira	047.712.187-06	16.000,00	2.100,00	13780,68	15.880,68
REE ²	Luciana Alves Nepomuceno	639.492.961-15	8.000,00	2.880,00	2.803,60	5.683,60
REE ²	Flávio Sabino Rodrigues	954.149.916-34	32.000,00	8.160,00	21.756,45	29.916,45

REE ²	Michelle Aragão Abreu Vasconcelos	776.782.063-72	16.000,00	4.795,00	7.621,00	12.416,00
REE ²	Érico Vieira Soares	648.522.452-15	8.000,00	2.220,00	5.704,03	7.924,03
VS ³	Maurício Pinheiro Soares	Caráter Sigiloso	10.000,00	8.880,00	1.116,03	9.996,03
VS ³	Daniele Martins Veloso	Caráter Sigiloso	16.000,00	1.200,20	11.050,00	12.250,20
VS ³	Maurício Moscardi Grillo	Caráter Sigiloso	35.000,00	31.600,00	1.991,00	33.591,00
VS ³	Júlio César de Souza Fernandes	Caráter Sigiloso	23.000,00	3.040,00	-	3.040,00
VS ³	Marcos Henrique Parisotto Krummel	Caráter Sigiloso	15.000,00	4.070,00	150,00	4.220,00
VS ³	Ednilson dos Santos Barbosa	Caráter Sigiloso	32.000,00	22.510,00	8.686,00	31.196,00
Sub-Total utilizado pela UG				91.455,20	74.658,79	166.113,99
Total utilizado pela UG						166.113,99
Total utilizado pela UJ						166.113,99

¹PV: Pequeno Vulto

²REE: Regime Especial de Execução – sem caráter sigiloso

³VS: Regime Especial de Execução – com caráter sigiloso

Quadro A.13.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valor em R\$ 1,00

UG 200381/00001					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	1	1	1	1	1
2009	1	1	1	1	1
2010	182	91.455,20	45	74.658,79	166.113,99

¹ não foi possível extrair os quantitativos

14. Renúncias Tributárias

Não se aplica a esta UJ.

15. Deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno

15.1) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Em consultas realizadas nos arquivos da unidade, verificou-se não existirem deliberações do TCU atendidas no exercício objeto das contas.

15.2) Deliberações do TCU atendidas no exercício

Em consultas realizadas nos arquivos da Unidade, verificou-se não existirem, em 31/12/2010, deliberações do TCU pendentes de implementação, independentemente do exercício de expedição do mandamento.

15.3) Recomendações do OCI atendidas no exercício

Em consultas realizadas nos arquivos da Unidade, verificou-se não existirem recomendações do Órgão de Controle Interno atendidas no exercício objeto das contas.

15.4) Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Em consultas realizadas nos arquivos da Unidade, verificou-se não existirem, em 31/12/2010, recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento, independentemente do exercício de expedição.

16. Informações Sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno, Caso Exista na Estrutura do Órgão

Não se aplica, uma vez que a Unidade não possui unidade de controle interno em sua própria estrutura.

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao referido item da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE

Tabela 09 – Plano de Metas Policiais Anual Ano de 2010

Nº	Meta	Justificativa	Executor	Ações
1/2010	Executar os serviços de regulamentação e controle das empresas de Segurança Privada e Empresas Orgânicas.	Dar continuidade aos serviços de controle das empresas de segurança privada, conforme legislação aplicável, e impedir a operação de empresas clandestinas.	DELESP	Realizou-se satisfatoriamente fiscalizações nas 30 agências bancárias, 12 postos de atendimentos bancários, 6 empresas especializadas e demais empresas com serviço de segurança orgânica nos 12 municípios que integram a circunscrição desta Superintendência.
2/2010	Proceder fiscalização das agências bancárias sob fiscalização da DELESP/DREX/SR/DPF/AC, aferindo o efetivo cumprimento da Portaria 387/06 DG/DPF (alterada pela Portaria n. 358/2009).	Atender às diretrizes da CGCSP/DIREX com vistas ao plano nacional de fiscalização de Segurança Privada.	DELESP	Realizou-se satisfatoriamente fiscalizações nas 30 agências bancárias e 12 postos de atendimentos bancários nos 12 municípios que integram a circunscrição desta Superintendência.
3/2010	Realizar vistoria de rotina nos cursos de Formação.	Verificar o adequamento dos mesmos à Portaria de Segurança Privada vigente.	DELESP	Realizou-se satisfatoriamente fiscalização nos 3 Cursos de Formação de Vigilante situados na circunscrição desta Superintendência.
4/2010	Fiscalizar as aulas dos Cursos de Formação nos estandes de Tiro.	Verificar o adequamento das aulas à legislação pertinente.	DELESP	Realizaram-se visitas fiscalizatórias às aulas dos 3 Cursos de Formação de Vigilante situados na circunscrição desta Superintendência.
5/2010	Desencadear Operações Rescaldo, para dar continuidade à regularização das atividades clandestinas de segurança privada.	Combater a atividade clandestina na área de segurança privada e fiscalizar as empresas especializadas e serviços orgânicos de segurança.	DELESP	Realizaram-se visitas fiscalizatórias em locais situados na circunscrição desta Superintendência, no intuito de coibir atividades clandestinas de segurança privada.
7/2010	Envidar esforços junto ao INSS e ao MPF para atuação efetiva da Força Tarefa Previdenciária no Estado do Acre.	E necessária que a investigação da Polícia Federal conte com a colaboração dos técnicos auditores do INSS na prospecção de possíveis crimes previdenciários. Tendo estes atribuições legais de examinar a contabilidade da empresa, são estes que primeiramente entram em contato com a materialidade delitiva. À Polícia Federal ficaria reservada a tarefa de desarticular possíveis quadrilhas especializadas na prática de crimes previdenciários, especialmente aqueles praticados sob o manto da personalidade jurídica empresarial consistentes na sonegação e apropriação indébita previdenciária, bem como identificar possíveis funcionários públicos envolvidos na fraude.	DELEPREV	Através de reuniões com cada órgão integrante da força-tarefa oportunidade em que serão discutidas as propostas, estratégias e recomendações para a repressão dos crimes previdenciários ocorridos no Estado do Acre.
9/2010	Exercer as atribuições legais afetas às atividades de polícia judiciária durante as eleições de 2010.	Será necessário planejar com muita antecedência ações policiais a serem executadas com o fim de se prevenir e reprimir crimes eleitorais durante o período eleitoral de 2010. Este planejamento deverá abranger o levantamento do efetivo e da estrutura da PF necessário para executar suas atribuições em todas as cidades do Estado do Acre, bem como estabelecer o período de execução destas operações policiais, inclusive desenvolver ações que garantam a segurança das instalações das seções eleitorais e das autoridades judiciais eleitorais envolvidas na condução do pleito eleitoral em 2010.	DELINST	Elaborar o planejamento operacional tão logo seja possível.
10/2010	Realizar operações policiais visando a prevenção e repressão ao tráfico de seres humanos, à exploração sexual infanto-juvenil, à pedofilia, e à repressão ao trabalho escravo e aos crimes praticados contra as comunidades indígenas.	Prevenir e reprimir os crimes praticados contra a ordem social, proteger as comunidades indígenas e resgatar os trabalhadores que se encontram reduzidos à condição análoga à de escravos.	DELINST	Planejar e executar operações junto ao Ministério do Trabalho, Procuradoria do Trabalho, FUNAI com o objetivo de envidar esforços na prevenção e repressão a esses delitos.
11/2010	Conseguir um local adequado para acomodação das mercadorias e materiais apreendidos nesta SR/DPF/AC.	Esta Meta se faz urgente, tendo em vista que todos as mercadorias e materiais de todo tipo, que são apreendidos nesta Superintendência são encaminhados ao Núcleo cartório para providências de praxe o que prejudica sobremaneira a qualidade de vida dos servidores, pois lota o recinto, não tendo espaço nem para caminhar nas dependências do Cartório, impossibilitando a movimentação dos servidores do local, com odores muitas vezes altamente desagradáveis, perigosos e, portanto que prejudicam a excelência do serviço público e até a saúde dos servidores do Cartório.	NUCART/DREX	Solicitar junto ao DREX a disponibilização de um local apropriado para acomodação das mercadorias e materiais apreendidos até que se conclua as providências de praxe.
13/2010	Combater o tráfico ilícito de entorpecentes proveniente do Peru.	Devido a grande incidência de apreensões de entorpecentes realizadas em outras regiões do país onde investigações concluem que tiveram como origem o Peru e possivelmente tenham utilizando os rios desta região como passagem.	DPF/CZS/AC	Implementar barreira fluviais nos rios da região do Alto Juruá.
14/2010	Desempenhar o papel constitucional de Polícia Judiciária da União investigando e combatendo o crime organizado, notadamente na repressão	Desarticular associações criminosas em atuação na região.	DPF/CZS/AC	Instaurar inquéritos e implementar investigações que elucidem as infrações penais, de atribuição da Polícia Federal, ocorridas nos municípios da circunscrição desta

	aos desvios de verbas públicas, lavagem de dinheiro, crimes ambientais e tráfico de drogas.			descentralizada indiciando seus autores.
15/2010	Patrulhar com apoio de órgãos da segurança pública estadual e das forças armadas, a área fronteiriça com o Peru, mormente o Parque Nacional da Serra do Divisor.	Reprimir o tráfico internacional de drogas, o cometimento de crimes ambientais e a presença estrangeira irregular em território nacional.	DPF/CZS/AC	Implementar operações de incursão nos ramais da região do Alto Juruá e nos rios que conduzem ao território peruano.
16/2010	Fiscalizar as vias de comunicação terrestres e fluviais existentes na circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul.	Necessidade de controle do tráfego de pessoas e mercadorias, demonstrando a presença do Estado objetivando prevenir e reprimir o cometimento de infrações penais.	DPF/CZS/AC	Implementar barreiras policiais nas vias rodoviárias e fluviais na área circunscricional desta descentralizada.
17/2010	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional terrestre e fluvial em Assis Brasil, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo e Plácido de Castro.	Fiscalizar com eficiência o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros.	DELEMIG, DPF/EPA - DPF/CZS	Estruturar os pontos de fiscalização com utilização de recursos tecnológicos (novo STI).
18/2010	Implantar a modernização da fiscalização do tráfego internacional no aeroporto de Rio Branco.	Fiscalizar com maior eficácia o tráfego internacional e agilizar o atendimento aos estrangeiros quando de sua entrada/saída.	DELEMIG	Estruturar o ponto de fiscalização com utilização de recursos tecnológicos (novo STI).
19/2010	Realizar serviços de emissão de passaportes e Laissez-passer.	Exercer as funções de polícia marítima aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF.	DELEMIG, DPF/EPA - DPF/CZS	Aperfeiçoar o atendimento utilizando o Novo SINPA.
20/2010	Realizar diligências relativas à naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos.	Verificar in loco a veracidade dos motivos que deram causa ao requerimento.	DELEMIG - DPF/EPA - DPF/CZS	Efetuar diligências e relatar os procedimentos dentro do prazo legal.
21/2010	Instaurar, instruir e relatar inquéritos de expulsão mediante autorização do Ministério da Justiça.	Apurar ilícitos de estrangeiros que, nos termos da lei nº 6.815/80 (Estatuto do estrangeiro), sejam inconvenientes aos interesses nacionais.	DELEMIG	Atualizar informações em tabela própria quanto a estrangeiros condenados pelo Judiciário no Acre, solicitar autorização do MJ para instaurar IPE's, solicitar portaria de expulsão e solicitar autorização para expulsão.
22/2010	Reprimir a entrada, estada e circulação de estrangeiros irregulares.	Cumprimento da legislação.	DELEMIG - DPF/EPA - DPF/CZS	Fiscalizar hotéis, imobiliárias, escolas, cursinhos, universidades, faculdades e hospitais; realizar barreiras policiais fixas e móveis nas principais vias de acesso à Capital.
23/2010	Reprimir o trabalho irregular (formal e informal) de estrangeiros.	Resguardar o trabalhador brasileiro.	DELEMIG - DPF/EPA - DPF/CZS	Fiscalizar os hospitais, clínicas, lojas, escolas e camelôs em todo o Estado.
24/2010	Apurar denúncias e coibir ocorrências fraudulentas em processos de naturalização, permanência, prorrogação e transformação de vistos e emissão de passaportes.	Evitar a regularização de estrangeiros por meios fraudulentos.	DELEMIG	Investigar toda e qualquer suspeita de irregularidade.
25/2010	Fiscalização nos municípios sob circunscrição da DELEMIG / SR / AC (Operação Blade Runner – Continuação Fase 2: demais municípios)	Zelar pelo cumprimento da legislação pertinente ao estrangeiro, tanto por este, quanto pelas autoridades locais.	DELEMIG	Realizar diligências de fiscalização periodicamente nos referidos municípios.
26/2010	Fiscalização e deportação imediata de estrangeiros irregulares (bolivianos e peruanos) no município de Rio Branco (Operação Coruja)	Reduzir o trânsito de estrangeiros irregulares, notadamente de vendedores ambulantes	DELEMIG	Realizar diligências em pontos estratégicos da capital (rodoviária, calçada, terminal urbano)
27/2010	Fiscalização de estrangeiros em trânsito pelos municípios acreanos (Operação Sarapó)	Zelar pelo cumprimento da legislação pertinente ao estrangeiro	DELEMIG	Realizar barreiras policiais nas estradas circunvizinhas à capital
28/2010	Controlar o comércio de produtos químicos utilizados na produção de substâncias entorpecentes.	Impedir o desvio de produtos químicos evitando seu uso na produção de entorpecentes.	DPF/CZS/AC	Conferir os mapas mensais, fazer reuniões para explicar a funcionalidade do sistema SIPROQUIM e da correta observância a legislação que devem ser cumpridas pelas empresas. Fiscalizar as empresas que utilizam produtos químicos nos municípios da circunscrição de Cruzeiro do Sul/AC.
29/2010	Fiscalizar o transporte de numerários no município de Cruzeiro do Sul e adjacentes e prevenir problemas concernentes à contratação de vigilantes, seguranças e do transporte de valores de maneira irregular.	Consolidar a atuação da comissão de fiscalização de segurança privada desta descentralizada.	DPF/CZS/AC	Efetivar fiscalizações nas casas noturnas com relação ao combate a contratação de seguranças irregulares. Realizar fiscalizações na área de segurança privada nos municípios da circunscrição da DPF/CZS/AC, em especial no que diz respeito a fiscalização do transporte de numerários realizado pelas instituições financeira e pelos comerciantes.
30/2010	Atender a população em geral no que diz respeito a comercialização, manutenção e registro de armas de fogo de uso permitido.	Necessidade de atender ao cidadão possibilitando que o mesmo possa adquirir arma de fogo de forma legal.	DPF/CZS/AC	Realizar fiscalizações no controle de armas nos municípios da circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul, em especial no que diz respeito a locais de comercialização da mesma. Concretizar o credenciamento junto ao DPF de pelo menos (01) um instrutor de tiro e 01 (um) psicólogo no município de Cruzeiro do Sul. Diligenciar os locais de conserto de arma de fogo para averiguar se são credenciados junto a Polícia Federal.
31/2010	Exercer o controle migratório de maneira mais ágil e eficiente, no modo on-line.	Necessidade de melhorar o controle migratório.	DPF/CZS/AC	Implantar um Kit STI no Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul-AC. Mobilizar a sala da Polícia Federal no Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul-AC dotando mesmo de mesa, cadeiras, armário, computador e impressora. Contratação de dois terceirizados, recepcionistas de imigração, que atuem frequentemente e de maneira permanente na área de migração, no que concerne ao atendimento ao público externo, esclarecendo dúvidas, realizando o atendimento e auxiliando o policial
32/2010	Combater a permanência de estrangeiros clandestinos e/ou irregulares no município de Cruzeiro do Sul e adjacentes.	Necessidade de reprimir, com eficiência, a entrada, estada e circulação de estrangeiros irregulares.	DPF/CZS/AC	Realizar diligências relativas aos processos de naturalização, permanência e ao controle dos estrangeiros residentes de maneira clandestina e/ou irregular no município de Cruzeiro do Sul e adjacentes. Fiscalizar hotéis, imobiliárias, estabelecimento de ensino, hospitais e maternidade. Fazer novo levantamento dos estrangeiros que estão atuando na área da saúde (médicos e enfermeiros) no município de Cruzeiro do Sul e adjacentes. Solicitar aos hospitais e maternidade a listagem dos estrangeiros atendidos no corrente ano com a finalidade de averiguar a utilização do SUS por estrangeiros sem o devido visto para realizar tratamento de saúde no território nacional (visto temporário)
33/2010	Combater o trabalho clandestino e irregular de estrangeiros não registrados junto ao DPF no município de Cruzeiro do Sul e adjacentes.	Necessidade de reprimir com eficiência, o trabalho irregular (formal e informal) de estrangeiros não registrados junto ao DPF.	DPF/CZS/AC	Fiscalizar hospitais, maternidade, clínicas e comércio em geral no município de Cruzeiro do Sul e adjacentes para combater a contratação de estrangeiros sem o devido registro junto ao DPF.
34/2010	Executar barreiras policiais fixas e móveis nas estradas BR 317 e 364, AC 40 e nas vias rurais de acesso a Plácido de Castro e Rio Branco	Reprimir imediatamente o tráfico de entorpecentes e mediatamente o contrabando e o descaminho, bem como, ajudar no tráfego internacional de estrangeiros.	DRE	Planejar e executar barreiras policiais
35/2010	Incluir os EPF's e Adm's, deste Cartório, em sistema de rodízio nas missões coordenadas pela OPERAÇÃO PEBRA.	umentar o controle nas fronteiras com a presença de EPF's e Administrativos, reavivar os conhecimentos e técnicas operacionais, diminuir a carga mental decorrente do trabalho eminentemente burocrático.	NUCART/DEX	SOLICITAR GESTÕES JUNTO AO DREX/SR/DPF/AC E AO CHEFE DA OPERAÇÃO PEBRA NO ESTADO.
39/2010	Planejar, orientar e executar operações relativas ao desmate clandestino, sobretudo nas unidades de conservação existentes no Estado.	O Estado do Acre possui várias unidades de conservação federais, as quais compreendem uma área territorial superior a 4.000.000 de hectares, demandando medidas efetivas com vista à sua preservação.	DELEMAPH	Através de imagens fornecidas e processadas pelo núcleo de inteligência desta especializada, idealizado mais ainda não criado, será possível acompanhar o desmate mensal das referidas áreas, o que possibilitará o planejamento de operações nos entido de rep
40/2010	Realização de barreiras policiais no número mínimo de 12, ou seja, pelo	Combate ao contrabando e descaminho nas rodovias que ligam Rio Branco aos países fronteiriços.	DELEFAZ	Proceder barreiras policiais terrestres.

	menos uma por mês, com utilização de efetivo mínimo de 10 policiais.			
41/2010	Realizar operação de fiscalização de medicamentos irregulares em parceria com a ANVISA	Combater o comércio irregular de medicamentos no Estado do Acre	DELEFAZ	Implantar fiscalização nas farmácias e distribuidoras de remédios no Estado do Acre
43/2010	Melhorar os resultados das perícias papiloscópicas nos levantamentos de locais de crime no tocante à identificação da autoria nos delitos afetos à área de atuação dessa delegacia, principalmente nos crimes de roubo, furto, cárcere privado e extorsão mediante seqüestro praticados contra a Caixa Econômica Federal e agências dos correios.	A atividade pericial dificilmente consegue, por si só, determinar o autor dos crimes mencionados nessa meta e muito disso se deve a falta de integração dos bancos de dados de planilhas papiloscópicas dos Estados Federados com o do Departamento de Polícia Federal e pela contaminação do local do crime pelos próprios funcionários das instituições bancárias e dos Correios. Com o advento do AFIS - Sistema Automatizado de identificação de Impressões Digitais e a implantação do RIC - Registro Único de Identidade Civil, a perícia papiloscópica assumirá no DPF papel de destaque. Essa nova fase inaugurará no Brasil a excelência da atividade da perícia papiloscópica. A identificação humana mediante o confronto com um único fragmento de impressão digital encontrada na cena do crime terá sua eficácia aumentada significativamente e, como forma de garantir o desenvolvimento desse novo sistema o Ministério da Justiça e alguns Estados Federados celebraram convênios permitindo a unificação dos bancos de planilhas onomásticas civis e criminais no Sistema Afis da Sargem.	DELEPAT	Agendar reuniões com o Diretor do Instituto de Identificação do Estado a fim de dar cumprimento ao convênio firmado entre o ministério da Justiça e o governo do Estado do Acre de utilização da plataforma do Sistema AFIS da Sargem (sistema utilizada pelo D
44/2010	Produzir conhecimento estratégico referentes a casuística de furtos/roubos de veículos ocorridos no estado do acre.	Há indicativos que sugerem que os veículos furtados ou roubados no Estado do Acre são transportados para a Bolívia. A realização de estudos estratégicos com análise dos respectivos dados tornaria mais eficiente a resposta da polícia repressiva.	DELEPAT	Agendar uma reunião com o Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Acre a fim de dar cumprimento ao acordo de cooperação técnica nº 01/2009 firmado em 15 de Abril de 2009 o qual objetiva a troca de informações sobre todas as ocorrências relativas a fu
45/2010	Criar um banco de dados com os respectivos endereços residenciais de todos os gerentes da Caixa Econômica Federal no Estado do Acre (incluindo fazendas, granjas...), telefones particulares e relação de familiares.	Planejar de forma mais eficiente a resposta da atividade polícia preventiva e repressiva frente aos assaltos a banco, principalmente nos casos em que familiares de gerentes da Caixa Econômica Federal são feitos reféns.	DELEPAT	Agendar reuniões com o chefe de segurança corporativo da Caixa Econômica Federal solicitando os dados previstos nessa meta.
46/2010	Criar um sistema de confecção de Representação Facial Humana itinerante que garanta sua elaboração em menor tempo possível após a realização dos assaltos praticados contra as Agências da Caixa Econômica Federal e Correios a fim de transmitir via online o retrato falado do criminoso aos postos de Polícia Rodoviária Federal e demais corporações policiais.	Na falta de um sistema de filmagens (caso do correios), ou na até mesmo na ausência de um ângulo de gravação favorável, o retrato falado do criminoso pode ser o único elemento de auxílio na identificação do suspeito.	DELEPAT	Agendar reuniões com o inspetor da Polícia Rodoviária do Acre e com os chefes regionais de segurança corporativa da Caixa Econômica Federal e Correios a fim de determinar a doutrina de procedimentos a ser executada pelos funcionários (testemunhas ocular
47/2010	Buscar junto à DPAT informações acerca do panorama nacional de delitos de natureza patrimonial, de seqüestro, cárcere privado e extorsão mediante seqüestro, com motivação política ou praticados em razão de função pública exercida pela vítima.	Identificar o <i>modus operandi</i> das quadrilhas que praticam tais delitos, visando a prevenção e repressão dos mesmos na área de responsabilidade da delegacia.	DELEPAT	Manter contato com a referida diretoria encaminhando os pedidos de informações
48/2010	Aumentar o efetivo da DELEPAT de um para quatro policiais, incluído a autoridade policial.	Para que se possa desenvolver as atividades de polícia judiciária e produzir conhecimento estratégico na área de atuação dessa delegacia para o planejamento de futuras operações se faz necessário contar com um efetivo mínimo de quatro policiais.	DELEPAT	Lotar pelo menos um Agente de Policial Federal daqueles que tomarão posse na SR/DPF/AC no início do segundo semestre e realizar o remanejamento para a DELEPAT de outros dois policiais que estejam sendo subutilizados em seus respectivos setores.
49/2010	Informar a DPAT, ao final do ano de 2010, sobre todas as atividades desenvolvidas pela DELEPAT e seus resultados.	O fornecimento dos dados sobre todas as atividades desenvolvidas pelas DELEPAT's possibilitaram a DPAT produzir conhecimento estratégico em nível nacional.	DELEPAT	Planejamento, Coordenação e Execução
50/2010	Planejar, executar e coordenar os trabalhos do Grupo de Pronto Intervenção (GPI).	A necessidade de se ter na própria superintendência um grupo que atuasse em situações de risco diferenciados fez com o Diretor Geral do DPF concedesse a autorização aos Superintendentes Regionais de Polícia Federal para criação dos GPI's em suas respectivas descentralizadas.	DELEPAT	Realização do processo seletivo do Grupo de Pronto Intervenção para a segunda quinzena do mês de março de 2010.
51/2010	Aquisição dos seguintes equipamentos para o GPI: 02 Ariete; 12 bastão telescópico; 12 Bolsas para transporte de armamento (HK e fuzil M16 e espingarda cal 12); 12 Bornais de nylon preto; 12 Capacetes balísticos nível IIIA; 12 Cintos de Rapel Tático; 12 Cintos táticos para uso com coldre tático 12 Equipamentos de hidratação 12 Joelheiras tática preta, confeccionada em nylon PVC 12 Lanternas táticas Lanterna tática com intensidade de no mínimo 100 lumens, com acionamento intermitente pela retaguarda, com corpo emborrachado e na cor preta. 12 Luvas táticas confeccionadas em couro, nomex e kevlar (cor preta); 12 Máscaras contra gases contra agentes nucleares, biológicos e químicos. 12 Óculos Táticos 12 Portas algemas 12 Portas carregadores duplos 100 metros de corda para rapel; 02 Kit's de abertura composto de: 01 Marreta de entrada tática, 01 alicate de corte de cadeados e correntes, 01 ferramenta de arrombamento tipo Hallagan, 01 Mochila de transporte em nylon NYTANEON reforçado na cor preta, com alças de ombro e cinta abdominal ajustáveis de rápida soltura com alojamentos independentes para os itens mencionados acima, com presilhas reforçadas.	A atuação nos casos de risco diferenciado exige aquisição de equipamentos de segurança e operacionais compatíveis com a natureza dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo Grupo de Pronto Intervenção.	DELEPAT	Elaborar o termo de referência com a descrição de cada equipamento relacionado nessa meta e encaminhá-lo para o SELOG a fim de iniciar o processo de aquisição desses materiais.
52/2010	Auxiliar a DRE no cumprimento de suas atividades de polícia Judiciária.	Os trabalhos desenvolvidos pela delegacia de Repreensão a entorpecente demanda um volume muito grande do efetivo dessa descentralizada. Assim, como forma de manter a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, principalmente no que diz respeito às operações de grande vulto a serem desencadeados pela DRE, o DRCOR poderá determinar que o chefe da DELEPAT auxilie os trabalhos de polícia judiciária da DRE.	DELEPAT	Presidir os inquéritos da DRE.
53/2010	Identificar o modus operandi das quadrilhas especializada em assaltos a banco, visando à prevenção e repressão dos mesmos na área de responsabilidade da delegacia.	A Interestadualidade na atuação das quadrilhas especializadas em assalto a bancos exige uma análise pormenorizada do modo de atuação dessas organizações como forma de otimizar o planejamento das atividades de polícia repressiva.	DELEPAT	Buscar junto à DPAT e outras descentralizadas informações acerca do panorama nacional de delitos de assalto a bancos.
54/2010	13 Com o cumprimento da meta de lotar pelo menos quatro policiais na DELEPAT, buscar qualificar o efetivo de tais policiais, através da realização de cursos ministrados na ANP ou instituições congêneres.	A área de atuação dessa delegacia exige um grau de qualificação profissional muito apurado por parte de seus integrantes.	DELEPAT	Identificar os cursos de interesse e onde são ministrados. Requerer pelos canais competentes as vagas em tais cursos.
55/2010	Executar fiscalização, em parceria com outros órgãos, nas áreas de maior incidência de focos de calor nos meses críticos do chamado "verão amazônico"	Entre a 2ª quinzena de agosto e a primeira de outubro, em razão do forte calor e a falta de chuvas, verifica-se um período crítico, tendo em vista o aumento do índice de focos de calor em vários municípios onde há concentração de Assentamentos.	DELEMAPH	Envio de equipe de policiais a campo para que, em conjunto com outros órgãos de fiscalização ambiental, efetuem patrulhamento ostensivo preventivo e repressivo, atuando administrativamente ou tomando as medidas de polícia judiciárias conforme o caso.
56/2010	Criar o núcleo de inteligência e geoprocessamento de imagens, visando permitir o direcionamento, orientação e planejamento nas ações desta Descentralizada.	A criação deste núcleo permitirá uma atuação mais pró-ativa desta Descentralizada, uma vez que utilizando o monitoramento remoto, através de imagens de satélite, das áreas sob nossa responsabilidade permitirá otimizar recursos humanos e materiais, o levantamento estatístico dos locais com maior índice de desmatamento e	DELEMAPH	Enviar esforços junto a Administração Superior e órgãos Centrais, visando conseguir recursos humanos e matérias a fim de possibilitar a instalação do mencionado núcleo. Buscar cursos de treinamento junto a ANP e DMAPH visando a qualificação do Servidor.


		focos de calor, além de permitir ações preventivas e repressivas mais precisas.		que porventura seja lotado no núcleo de inteligência e geoprocessamento de imagens desta descentralizada.
62/2010	Programar a realização de rotineiras barreiras terrestres nas rodovias do estado do Acre	O tráfico de drogas é constante nas rodovias BR 364 e AC 40 o que demanda uma presença física de policiais nestas rodovias.	DRE/DRCOR/SR/DPF/AC	Planejar e executar barreiras policiais no posto fiscal da Tucandeira BR 364, posto de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal BR 364 e no trevo de Senador Guiomard AC-40
63/2010	Desenvolver um maior número de investigações que visem o tráfico internacional de drogas	Considerando que o estado do Acre faz divisa com a Bolívia e o Peru e, considerando o convênio firmado com esses países de cooperação policial, acredita-se ser possível a realização de operações que objetivem reprimir o traficante desses países também.	DRE/DRCOR/SR/DPF/AC	Investigações de inteligência policial em parceria com a polícia peruana e boliviana.
64/2010	Desenvolver atividades conjuntas com Secretaria de Segurança Pública do estado do Acre para reprimir o tráfico de drogas local	O estado do Acre também é fonte de consumo de drogas e não apenas uma rota para o tráfico em outros estados.	DRE/DRCOR/SR/DPF/AC	Firmar parceria com a secretaria de segurança pública a fim de realizar operação conjunta contra o tráfico no estado do Acre.
65/2010	Informar a CGPRE, ao final do ano de 2010, dos dados estatísticos das apreensões realizadas no ano corrente.	Produção do conhecimento estratégico.	DRE/DRCOR/SR/DPF/AC	Planejamento, coordenação e execução
66/2010	Programar e executar operações de combate ao tráfico de entorpecentes	Prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes	DRE/DRCOR/SR/DPF/AC	Planejar e executar operações
67/2010	Planejar e executar o Plano de Correições Ordinárias 2010	Cumprimento da IN 11/2001-DG/DPF	COR	Realizar a Correição Ordinária no segundo semestre de 2010.
68/2010	Aprimorar a qualidade e a eficiência dos inquéritos policiais.	Busca de qualidade na produção de provas.	COR	Permanente disponibilidade do COR e NUCOR para prestar orientações às autoridades policiais, aprimoramento das correições parciais e promoção de estudos de casos para discussão e avaliação da produção e da cadeia de provas de interesse da demanda desta de
69/2010	Capacitação de servidores, em especial os lotados na COR e membros das Comissões Permanente de Disciplina, para questões relacionadas à instrução de procedimentos administrativos disciplinares e sindicâncias (investigatórias e punitivas).	Aprimorar a instrução dos procedimentos disciplinares.	COR	Solicitar à COGER e/ou ANP a realização de curso de capacitação de procedimentos disciplinares.
91/2010	Fiscalizar a execução da Operação Sentinela no Estado do Acre, determinando que seu coordenador execute ações Ostensivas (barreiras nas estradas, fiscalizações fluviais, incursões em áreas de floresta, etc.) e de inteligência (disponibilizar analistas, equipamento de interceptação telefônica, além da execução no Estado do projeto VANT).	Tais medidas visam a implementação de uma ação mais efetiva da Polícia Federal na região de fronteira de forma a reprimir a entrada de armas, drogas e contrabando no território nacional.	DRCOR	A execução da Operação Sentinela foi fiscalizada diariamente através de contatos diretos com o seu Coordenador e reuniões periódicas. Foi determinado ao Coordenador da referida Operação que realizasse visitas constantes nos postos de fronteira.
92/2010	Promover a capacitação do Delegado chefe da DRE e de seu substituto em investigações referentes à lavagem de dinheiro.	Tal ação permitirá o desmantelamento de organizações criminosas que continuam a agir mesmo após a prisão de alguns de seus membros pois estes mantêm seu patrimônio em nome de terceiros ou acobertados por alguma atividade lícita. Apenas com a descapitalização da organização criminosas seus membros efetivamente pararão de agir no meio criminoso e para atingir tal objetivo é essencial o conhecimento de técnicas de investigação financeira, etc.	DRCOR	Por falta de efetivo, a DRE conta apenas com o seu titular e no ano de 2010 não foi disponibilizada vaga em curso para Combate à Lavagem de Dinheiro para que o Chefe da DRE pudesse ser indicado.
93/2010	Implementação da sistema CINTEPOL e cadastro no SICOP de todas as Operações em andamento no Estado do Acre.	O sistema CINTEPOL permite ao administrador gerir os meios necessários para a execução de Operações, além de permitir um controle efetivo da produtividade de todas as unidades do DPF no Estado.	DRCOR	Providenciou-se a criação de login e senha para acesso aos sistemas.
94/2010	Capacitar Delegados e Agentes para a utilização do sistema i2 e demais ferramentas de análise existentes no projeto CINTEPOL.	Tal capacitação permitirá ao investigador a análise de dados complexos de forma simples e célere, trata-se da aplicação da tecnologia em favor da investigação criminal.	DRCOR	
95/2010	Criação do GRFIN (Grupo de Repressão a Crimes Financeiros).	Com a criação do GRFIN poderemos especializar uma equipe de policiais para atuação na repressão à lavagem de dinheiro oriundo de crimes contra o sistema financeiro nacional, contra a administração pública e demais crimes antecedentes previstos no art. 1º da lei 9613/98. Justifica-se ainda por estarmos em região de fronteira e acreditarmos que o narcotráfico está se valendo de dólares adquiridos em casas de câmbio clandestinas para o financiamento do narcotráfico.	DRCOR	Não foi possível a criação do GRFIN nesta SR por falta de efetivo. Não há a disponibilidade de um Delegado de Polícia Federal para assumir a Chefia do Grupo. Em contrapartida, providenciou-se a capacitação de um Delegado lotado na DPF/EPA/AC.
98/2010	Aumentar o efetivo de EPF's lotados nesta SR.	Atualmente o número de escrivães é menor do que o número de Delegados, o que prejudica o trabalho cartorário.	DREX	Conseguir aumento de efetivo.
101/2010	Aumentar os atuais efetivos dos Núcleos Operacionais descentralizados em cerca de dois Policiais Federais cada.	Os atuais efetivos ainda são insuficientes para a demanda apresentada pelos setores considerados.	DREX	Aumento do efetivo.
103/2010	Executar o PROJETO CARBONO NEUTRO no ano de 2010 em todo Estado do Acre.	Trata-se de ação socioambiental que visa a compensação das emissões de gases causadores do efeito estufa por meio do plantio de mudas de árvores nativas.	DELEMAPH	Elaborar, planejar, coordenar as ações necessárias a execução do PROJETO CARBONO NEUTRO no ano de 2010 em todo Estado do Acre.
104/2010	Deflagrar a primeira operação previdenciária no Estado do Acre.	Tendo em vista o histórico de inércia da DELEPREV/SR/AC, necessário se faz a adoção de uma atitude mais agressiva na repressão e combate a crimes previdenciários.	DELEPREV	Realizar investigações que identifiquem quadrilhas que estejam fraudando a Previdência Social.
105/2010	Entrar em contato com a corregedoria do INSS para obter informações quanto a irregularidades na concessão de benefícios previdenciários.	A corregedoria do INSS é uma fonte de informações referente a benefícios, segurados, procuradores e servidores do órgão envolvidos em fraudes.	DELEPREV	Estreitar laços com a corregedoria do INSS, de modo a caracterizar a Polícia Federal como parceiro na repressão a crimes previdenciários.
106/2010	Capacitação através de cumprimento de OMP em força-tarefa previdenciária de outro Estado da Federação.	É necessária a capacitação para a aquisição de conhecimentos relativos a investigação, uso de equipamento de inteligência e de ferramentas de investigação com vistas à deflagração de operações previdenciárias, haja vista a complexidade da matéria.	DELEPREV	Fazer gestão junto ao DREX para a viabilização da OMP.
107/2010	Relatar o maior número possível de IPL.	É necessário o atendimento das novas diretrizes impostas pela COGER.	DELEPREV	Verificar nos IPL's questões ligadas à prescrição, justa causa. Acompanhar o andamento dos IPL's acerca das diligências que faltam a ser realizadas: se falta perícia, se falta intimação, respostas de ofícios etc.

FONTE: SIGEPOL

18. Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DO AC	200380 - 200381
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8

Rio Branco, 31 de Março de 2011.

Flávio Augusto de Araújo Pinheiro
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional – Em exercício